



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026

1. PREÂMBULO:

1.1. Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, sediada na Rua Hermógenes José da Silva, S/N – Centro, Quijingue – Bahia, representado pelo seu Prefeito o Sr. José Romero Rocha Matos Filho e por meio do Pregoeiro designado, torna público que realizará **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento **menor preço por lote**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e nas condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

1.2. O pregão será realizado pelo Pregoeiro Oficial o Srº. **ROBERLANDIO SOUZA PINTO**, matrícula Nº 1050, designado pelo Decreto Municipal Nº 050, de 08 de janeiro de 2025 e Equipe de Apoio constituída pelos servidores: **JARBAS SILVA ABREU**, matrícula Nº 4.118 e **JOUBERT BRITO DA SILVA**, matrícula Nº 4.174.

1.3. A sessão de pregão será realizada conforme informações abaixo:

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA: **20 DE MAIO DE 2026.**

HORÁRIO DA SESSÃO: **09H00MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

LOCAL: **[HTTPS://LICITANET.COM.BR/](https://licitanet.com.br/)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR LOTE**

MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

1.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.5. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, através da plataforma eletrônica **<https://licitanet.com.br/>**.

1.6. Edital completo para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: **<https://licitanet.com.br/>**, Portal da transparência **<https://www.quijingue.ba.gov.br/site/editais>** e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **<https://www.gov.br/pncp/pt-br>**.

1.7. A comunicação com a licitante vencedora será realizada preferencialmente por meio do endereço eletrônico informado no sistema licitatório, incluindo o e-mail **prefeituradequijingue4@gmail.com**, sendo considerado válido o envio para tal endereço para fins de convocação para assinatura de ata ou contrato.

1.8. O licitante vencedor deverá aplicar, de forma linear, o percentual de desconto ofertado sobre todos os preços unitários constantes da planilha orçamentária, vedada a aplicação de descontos diferenciados



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

entre os itens, sob pena de desclassificação, com o objetivo de evitar distorções na composição dos preços (jogo de planilha).

2. OBJETO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

2.1. O objeto da presente licitação é **contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais reagentes e insumos laboratoriais, por meio de fornecimento parcelado, destinados ao atendimento das demandas do Laboratório Municipal de Quijingue/BA, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.**

2.2. A licitação será composta por **lotes**, conforme planilhas constantes do Termo de Referência – Anexo II deste edital.

2.3. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos está indicado no Termo de Referência, Anexo II do Edital.

2.4. O presente edital vincula-se integralmente ao Termo de Referência (Anexo II), o qual contém as especificações técnicas, quantitativos e condições de execução do objeto.

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1. **PODERÁ PARTICIPAR** desta licitação qualquer pessoa jurídica, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

3.1.1. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção "DA HABILITAÇÃO".

3.1.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021 (Art. 9º - § 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria).

3.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação, exceto se demonstrada a viabilidade econômica, nos termos da legislação vigente.

3.3.6. Que se enquadrem nas seguintes vedações (**Art. 14 da Lei Nº 14.133 de 1º de abril de 2021**):

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.3.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei Nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

3.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ NO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

3.4.1. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Nº 14.133/2021, nos limites previstos da Lei Complementar Nº 123/2006 e do Decreto Federal Nº 8.538/2015.

3.4.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente poderão usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente aqueles destinados à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, observados os critérios e limites estabelecidos na legislação vigente.

3.4.2. Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

3.4.3. Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

3.4.4. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

3.4.5. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei Nº 14.133/2021.

3.4.6. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.7. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

3.4.9. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei Nº 14.133/2021.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.6. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO:

3.6.1. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.6.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

3.6.3. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.6.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

3.6.5. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

3.6.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

3.6.7. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

3.6.8. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

3.6.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

3.7. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

3.7.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.7.2. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.7.3. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

3.7.4. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.7.5. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.7.6. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar Nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

3.8. GARANTIA DA PROPOSTA

3.8.1. Será exigida garantia da proposta como condição de participação no certame, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

3.8.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- I. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- II. Seguro-garantia;
- III. Fiança bancária.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

3.8.3. A exigência da garantia de proposta encontra-se devidamente justificada no Termo de Referência (Anexo II), considerando o valor estimado da contratação, a complexidade do objeto e a necessidade de assegurar a seriedade das propostas, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

3.8.4. A ausência da garantia da proposta implicará na desclassificação da proposta.

3.8.5. A garantia será devolvida:

I. Aos licitantes não vencedores, após a homologação;

II. Ao licitante vencedor, após a assinatura do contrato.

3.8.6. A garantia será executada caso o licitante:

I. Retire sua proposta durante o prazo de validade;

II. Deixar de assinar o contrato ou não apresentar a garantia contratual, quando exigida.

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

4.1.1. Os documentos de habilitação serão enviados **posteriormente a fase de lances**, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo **02 (duas) horas**, contados da convocação a ser exposta.

4.1.2. Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, documentos em formato PDF emitidos pelos órgãos competentes. Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade (Art. 64, da Lei Nº 14.133/2021).

4.1.3. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

4.2. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, **ocorrerá por meio de chave de acesso e senha**.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação (Pregoeiro) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.1. Para aceitabilidade da proposta, o (a) licitante que ofertou o menor preço deverá formular e encaminhar, após o término da etapa de lances, sua proposta por escrito, em conformidade com os lances eventualmente ofertados, devendo estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo II, deste Edital, e conter, ainda, os seguintes dados:

a) PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

b) PREÇO GLOBAL DO LOTE, expresso em moeda nacional, incluindo todos os custos diretos e indiretos.

c) DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do Fornecimento. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;

d) RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

5.2. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

5.3. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo todas as informações necessárias à perfeita compreensão dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação.

5.5. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo "Informações Adicionais" ou anexá-las no campo apropriado do sistema **LICITANET**, sob pena de desclassificação e neles deverão estar



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período de fornecimento, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

5.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.

5.7. O licitante vencedor do certame poderá apresentar, juntamente com a sua proposta de preços, planilha de composição de custos, contendo a discriminação detalhada do preço ofertado, abrangendo todos os insumos, encargos, tributos, despesas indiretas e margem de lucro, de forma a demonstrar a formação do preço final.

5.7.1. Será obrigatória a apresentação da planilha de composição de custos quando a proposta apresentar desconto significativo que possa indicar indício de inexequibilidade.

5.7.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, a planilha deverá ser apresentada no prazo a ser definido pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, acompanhada de documentos que comprovem a viabilidade econômica da proposta, tais como notas fiscais, contratos, orçamentos ou documentos equivalentes.

5.7.3. A não apresentação da planilha ou a comprovação insuficiente da exequibilidade da proposta poderá ensejar a desclassificação da licitante, nos termos do art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

5.8. Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo www.licitanet.com.br, não poderá conter nenhum tipo de informação (logomarca, CNPJ, nome do(a) representante, telefone, endereço) que identifique a interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório, observando-se que tal exigência refere-se apenas as informações inseridas nos **campos do sistema** (proposta inicial alimentada no sistema); os arquivos em "PDF" poderão seguir a formatação padrão do licitante incluindo dados da proponente (cabeçalho e demais dados pessoais), vez que os mesmos só ficarão disponíveis após fase de lances.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

5.10.1. O prazo de entrega deverá observar o disposto no Termo de Referência (**Anexo II**), contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento devidamente emitida e acompanhada da respectiva nota de empenho, conforme condições detalhadas no referido anexo.

5.10.2. O local de entrega será aquele definido no Termo de Referência (**Anexo II**), devendo ocorrer nas dependências do órgão ou entidade contratante, conforme indicado na Ordem de Fornecimento, observadas as condições e especificações constantes no referido instrumento.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O chat permanecerá disponível durante toda a sessão pública, podendo o Pregoeiro utilizá-lo conforme necessidade para comunicação com os licitantes.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. A disputa ocorrerá pelo valor **GLOBAL DO LOTE**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1% (um por cento), incidente sobre o valor do lance imediatamente anterior, aplicado de forma uniforme para todos os lotes.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e estabelecido no item "6.14", observando-se o seguinte:

6.15.1. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.2. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.15.8. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. Identificadas as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123, de 2006, conforme regulamento específico.

6.15.9. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.15.10. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.15.11. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.15.12. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.15.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.15.14. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.15.14.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.15.14.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.15.14.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.15.14.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.15. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.15.15.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.15.15.2. Empresas brasileiras;

6.15.15.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.15.15.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.15.16. Encerrada a etapa de envio de lances, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, caso sua proposta permaneça acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.16.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho do lote ou qualquer outro motivo.

6.15.17. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15.19. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.15.20. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.15.20.1. Esse prazo de **2 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o aviso de solicitação de Proposta Final na aludida plataforma.

6.15.20.2. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET – www.licitanet.com.br** após às **17 horas**,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

esse prazo só será contabilizado a partir das 08 horas do dia útil seguinte, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

6.15.20.3. A ausência de documento e/ou qualquer descumprimento acarretará a imediata desclassificação da proposta da empresa de menor preço no respectivo lote, e convocação da empresa remanescente;

6.15.20.4. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

6.15.21. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.15.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.16. A vedação de identificação da proposta aplica-se exclusivamente aos campos do sistema eletrônico, sendo admitida a identificação nos documentos anexados quando exigidos após a fase de lances.

7. FASE DE JULGAMENTO:

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. Relação de apenados TCM/BA, através do link (<https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1. deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Nos termos do art. 34 da Instrução Normativa nº 73/2022, no caso de bens e serviços em geral, serão considerados indícios de inexequibilidade as propostas cujos valores sejam inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração.

7.11.1. A caracterização de inexequibilidade poderá ensejar a desclassificação automática da proposta, podendo a Administração oportunizar à licitante a comprovação da viabilidade econômica da oferta, mediante apresentação de documentos que demonstrem a exequibilidade dos preços propostos.

7.11.2. Para fins de comprovação da exequibilidade, poderão ser exigidos, dentre outros documentos, planilha detalhada de composição de custos, memória de cálculo, notas fiscais, contratos, orçamentos ou outros elementos que evidenciem a compatibilidade da proposta com os custos de mercado.

7.11.3. Não serão considerados aptos à comprovação da exequibilidade documentos que evidenciem custos superiores aos valores ofertados ou que se baseiem exclusivamente em alegações genéricas de redução de custos ou economia de escala desacompanhadas de comprovação objetiva.

7.11.4. Os documentos apresentados para fins de comprovação da exequibilidade deverão possuir data compatível com a realidade de mercado, admitindo-se, como referência, documentos emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de abertura do certame.

7.11.5. Caso não seja comprovada a exequibilidade da proposta, esta será desclassificada, nos termos da legislação vigente.

7.11.6. A apresentação de informações inverídicas ou insuficientes para comprovação da exequibilidade sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.12. Sem prejuízo do disposto acima, a Administração poderá realizar diligências para verificar a exequibilidade das propostas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

7.13. O licitante é responsável pela veracidade e consistência de sua proposta, assumindo integral responsabilidade pela execução do objeto nas condições ofertadas.

7.14. A adoção de parâmetros objetivos para identificação de propostas inexequíveis encontra respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle, notadamente do Tribunal de Contas da União, que reconhece a necessidade de critérios claros para evitar propostas inviáveis e assegurar a execução contratual.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

7.15. Nesse sentido, destaca-se que a fixação de limite mínimo de exequibilidade, quando prevista em lei, visa resguardar a Administração Pública contrapostas incompatíveis com os custos reais de execução, prevenindo riscos à execução contratual e prejuízos ao interesse público.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.1.3. Enviar a proposta final em arquivo editável preferencialmente em formato editável (DOC, DOCX, XLS ou XLSX).

8.1.4. No mesmo prazo do item 6.15.22., o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no SISTEMA. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

8.1.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.1.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.1.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e por extenso.

8.1.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total do lote, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.1.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.1.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

8.1.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

8.1.12. Esse prazo de **02 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final** na aludida plataforma.

8.1.13. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET – www.licitanet.com.br** após às 17 horas, esse prazo só será contabilizado a partir das 08 horas do dia útil seguinte, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

8.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no parágrafo 2º do Art. 59 da Lei Nº 14.133/2021.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

9.1. Os documentos previstos no Edital, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. Para dar efetivo cumprimento as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, através da RESOLUÇÃO TCM/BA nº 1.383/2019 que alterou a Resolução nº 1060/2005, estabelecendo as normas para a apresentação da prestação de contas mensal e anual de Prefeituras e Mesas de Câmaras, passando a exigir no § 2º que **os documentos deverão ser apresentados em formato PDF pesquisável convertido a partir de seus arquivos originais** (Word, Excel, Libre Office, Open Office, etc.), **não podendo conter informações ilegíveis; baixa qualidade da resolução dos dados; listas e/ou falhas em seu conteúdo, capaz de impedir o devido encaminhamento e análise por parte do órgão de contas, fica ADVERTIDA** que a empresa licitante que encaminhar documentos sem atender a essas exigências técnicas expressas no art. 9º, item 45, §2º da Resolução TCM nº 1060/2005 (alterada pela Resolução TCM/BA nº 1383/2009).

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados em **ORIGINAL** por **CÓPIA AUTENTICADA DIGITALMENTE**.

9.2.1. Todos os documentos assinados eletronicamente por certificados digitais passarão por uma verificação e a validação das assinaturas digitais a partir da cadeia de confiança da ICP-Brasil e do Validador de Documentos Digitais, pois um documento eletrônico com assinatura digital tem presunção de legalidade e garantias de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade, temporalidade



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

e não repúdio, de acordo com a regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na [Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001](#), que instituiu a ICP-Brasil. Não sendo possível a sua verificação poderá ser a empresa desclassificada e penalizada por apresentar documentos sem legalidade e garantia de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade e temporalidade.

9.2.2. Porém, se a autenticação foi feita por outro sistema, será necessário fazer o upload do arquivo que recebeu a assinatura, que deverá ser entregue em mídia na sessão para análise e devolvida. Logo, este método verifica qualquer assinatura digital que esteja de acordo com as normas da ICP-Brasil. Desta forma é possível, também, verificar um lote de assinaturas de uma vez e extrair um relatório, se desejar.

9.2.3. A verificação de uma assinatura digital é realizada por algum software capaz de realizar esta operação. Comumente, os softwares de assinatura digital já contemplam a funcionalidade de verificação de assinatura. A integridade é determinada pela comparação do resumo criptográfico (HASH) do documento original com o resumo criptográfico cifrado pelo signatário. A obtenção do resumo criptográfico é possível através da decifragem da assinatura, utilizando a chave pública do certificado do assinante.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Nº 14.133/2021](#)).

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#)).

9.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Os documentos relativos à habilitação que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei Nº 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º](#)):

9.7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

9.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.8. Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela condução do processo poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.11. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.12. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os documentos exigidos para fins de habilitação constantes do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA** deste e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

9.13. A habilitação será realizada após a fase de julgamento das propostas, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

10. DOS RECURSOS:

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC Nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no <https://www.licitanet.com.br>, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3. O adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

12.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida através do endereço eletrônico constante do preâmbulo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do envio do e-mail.

12.5. Para celebração do contrato o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, rerepresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.

12.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base à Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.2. Com fulcro na [Lei Nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens **13.3.1., 13.3.2., e 13.3.3.**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens **13.1.4., 13.1.5., 13.1.6., 13.1.7. e 13.1.8.**, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1.**, **13.1.2.** e **13.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4.**, **13.1.5.**, **13.1.6.**, **13.1.7.** e **13.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas itens **13.1.1.**, **13.1.2.** e **13.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **13.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME Nº 73, de 2022](#).

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no **Termo de Referência (ANEXO II)** e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

15.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme **Termo de Referência (ANEXO II)**, e concomitantemente, na **Minuta do Contrato (ANEXO VII)** e na **Minuta da Ata de Registro de Preço (ANEXO VIII)**.

16. DO PAGAMENTO:

16.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no **Termo de Referência (ANEXO II)**, e concomitantemente, na **Minuta do Contrato (ANEXO VII)** e na **Minuta da Ata de Registro de Preço (ANEXO VIII)**, sendo parte integrante deste edital.

17. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: (sistema eletrônico) <https://licitanet.com.br/>;

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18. RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

18.1. Dos atos da Administração decorrentes deste procedimento caberá recurso administrativo, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

18.2. Qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer durante a sessão pública, sob pena de preclusão.

18.3. Manifestada a intenção de recurso, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, por meio do sistema eletrônico.

18.4. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente.

18.5. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio do Pregoeiro/Agente de Contratação, que poderá:

I – Reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis; ou

II – Encaminhar o recurso devidamente informado à autoridade competente para julgamento definitivo.

18.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.7. Os recursos terão efeito suspensivo quando sua análise puder influenciar diretamente o resultado do certame.

18.8. Não serão conhecidos recursos:

18.8.1. Interpostos fora do prazo;

18.8.2. Sem manifestação prévia de intenção;

18.8.3. Apresentados de forma genérica ou sem fundamentação;

18.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o Termo de Referência anexo deste Edital.

19.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.quijingue.ba.gov.br/site/diariooficial> (link: **Diário Oficial**).

19.11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial pela Lei Nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável.

19.12. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Cidade de Quijingue/BA, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.18.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

19.18.2. ANEXO II – Termo de Referência

19.18.3. ANEXO III – Carta de Apresentação de Proposta

19.18.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial de Preços

19.18.5. ANEXO V - Modelo de Credencial

19.18.6. ANEXO VI – Modelo de Declarações

19.18.7. ANEXO VII - Minuta do Contrato

19.18.8. ANEXO VIII – Ata de Registro de Preço

Quijingue/BA, em 05 de maio de 2026.

José Romero Rocha Matos Filho
Prefeito Municipal de Quijingue

Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre
Secretária Municipal de Saúde



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026
ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

01 - INTRODUÇÃO:

Base legal: Art. 6º, XX e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de eletroeletrônicos e equipamentos de escritório, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Quijingue/BA.

O ETP constitui instrumento essencial da fase preparatória da contratação, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, sendo destinado à análise das condições que viabilizam a solução mais adequada para o atendimento da necessidade administrativa, com base nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

A elaboração deste estudo visa subsidiar a tomada de decisão da Administração quanto à melhor forma de atendimento da demanda, avaliando aspectos técnicos, operacionais e econômicos, bem como possíveis alternativas disponíveis no mercado.

A contratação pretendida está relacionada à necessidade de garantir o adequado funcionamento das unidades escolares e dos setores administrativos da Secretaria Municipal de Educação, assegurando a disponibilidade de equipamentos essenciais ao desenvolvimento das atividades educacionais e administrativas.

Dessa forma, o presente estudo busca identificar a solução mais vantajosa para a Administração, considerando a realidade do mercado, a natureza da demanda e os objetivos institucionais do Município.

02 - INFORMAÇÕES GERAIS:

Fundamento Legal:

O procedimento licitatório observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como da legislação correlata e dos Decretos Municipais nº 249/2022, nº 460/2024 e nº 81/2025, além das demais exigências previstas no edital e seus anexos.

Objeto:

Contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de eletroeletrônicos e equipamentos de escritório para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Quijingue/BA.

Equipe de Planejamento:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

- Samuel de Matos Barreto – Matrícula nº 211326 – Coordenador da Comissão de Planejamento (Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico);

- Wellyngton Barbosa Portugal – Matrícula nº 211323 – Representante da Secretaria Municipal de Educação;

03 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Base legal: Art. 18, §1º, I.

A Secretaria Municipal de Educação do Município de Quijingue/BA apresenta a necessidade de aquisição de eletroeletrônicos e equipamentos de escritório, de forma parcelada, com o objetivo de garantir o adequado funcionamento das unidades escolares e dos setores administrativos vinculados à rede municipal de ensino.

A demanda decorre da necessidade de reposição de equipamentos obsoletos ou inservíveis, ampliação da estrutura física e tecnológica das unidades escolares e atendimento às demandas administrativas e pedagógicas que exigem o uso contínuo de recursos tecnológicos e operacionais.

Verifica-se que a inexistência ou insuficiência desses equipamentos compromete diretamente a eficiência das atividades educacionais e administrativas, dificultando a execução de rotinas essenciais, tais como elaboração de documentos, gestão de informações, suporte às atividades pedagógicas e organização dos serviços escolares.

Além disso, a crescente utilização de ferramentas tecnológicas no ambiente educacional exige a disponibilidade de equipamentos adequados, capazes de atender às demandas contemporâneas da gestão pública e do processo de ensino-aprendizagem.

A forma de fornecimento parcelado justifica-se pela natureza contínua e variável da demanda, permitindo à Administração adquirir os equipamentos conforme a necessidade, evitando aquisições excessivas, reduzindo custos com armazenamento e mitigando riscos de obsolescência tecnológica.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária para assegurar a continuidade dos serviços educacionais, melhorar a infraestrutura das unidades escolares e garantir melhores condições de trabalho aos servidores da Secretaria Municipal de Educação.

04 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 18, §1º, II.

Para o atendimento da necessidade administrativa, a solução a ser contratada deverá observar requisitos mínimos de qualidade, desempenho, fornecimento e conformidade, de modo a assegurar a adequada execução do objeto e o atendimento ao interesse público.

4.1 Requisitos Gerais



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

A empresa a ser contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, comprovada mediante documentação pertinente, nos termos da legislação vigente.

Os bens fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, e atender aos padrões de qualidade e desempenho exigidos pela Administração, observando as especificações técnicas usuais de mercado.

4.2 Requisitos de Qualidade e Conformidade

Os equipamentos deverão possuir garantia mínima conforme praticado no mercado, assegurando a substituição ou reparo em caso de defeitos de fabricação.

Deverão atender às normas técnicas aplicáveis, inclusive quanto à segurança, eficiência e compatibilidade com o uso pretendido no ambiente administrativo e educacional.

4.3 Requisitos de Fornecimento

O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante solicitação formal, respeitando os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

A contratada deverá garantir a entrega dos produtos em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados e compatíveis com as especificações exigidas.

4.4 Requisitos Logísticos

A entrega deverá ser realizada nos locais indicados pela Administração, podendo abranger unidades escolares e setores administrativos.

A contratada será responsável pelo transporte, carga e descarga dos equipamentos, sem ônus adicional para a Administração.

4.5 Requisitos de Sustentabilidade

Sempre que possível, os equipamentos deverão observar critérios de sustentabilidade, tais como eficiência energética e redução de impactos ambientais, em conformidade com as normas aplicáveis.

4.6 Requisitos de Assistência Técnica

A contratada deverá assegurar suporte técnico e garantia dos equipamentos fornecidos, conforme condições estabelecidas pelo fabricante e pelo contrato.

05 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Base legal: Art. 18, §1º, III e V.

A estimativa das quantidades necessárias para a presente contratação foi elaborada com base em levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Educação, considerando as demandas das unidades escolares, setores administrativos e demais estruturas vinculadas à rede municipal de ensino.

Para a definição dos quantitativos, foram observados os seguintes critérios:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

- Histórico de consumo e utilização de equipamentos similares;
- Necessidade de reposição de bens obsoletos ou inservíveis;
- Ampliação da estrutura física e tecnológica das unidades escolares;
- Demandas operacionais e pedagógicas da secretaria;
- Previsão de utilização durante o período de vigência da contratação;
- Análise de mercado e levantamento de preços realizado conforme a instrução normativa nº 65/2021.

Conforme consta no relatório de cotação anexado ao processo administrativo, foram identificados diversos itens com quantitativos estimados relevantes, dentre os quais destacam-se:

- Equipamentos de climatização, como aparelhos de ar-condicionado com diferentes capacidades, com quantitativos expressivos para atendimento das unidades escolares;
- Equipamentos de informática, como computadores, notebooks, impressoras e nobreaks, essenciais para atividades administrativas e pedagógicas;
- Eletrodomésticos e equipamentos de apoio, como bebedouros, freezers, geladeiras e micro-ondas, necessários ao funcionamento das unidades escolares;
- Equipamentos multimídia e de apoio educacional, como caixas de som, microfones e projetores.

Destaca-se que alguns itens apresentam maior representatividade quantitativa, a exemplo de computadores e equipamentos de informática, bem como aparelhos de climatização, evidenciando a necessidade de modernização e ampliação da infraestrutura tecnológica da rede municipal de ensino.

Adicionalmente, observa-se que os quantitativos foram definidos de forma a atender à demanda global da Secretaria, considerando a distribuição entre diversas unidades escolares, o que justifica a adoção do fornecimento parcelado como forma mais eficiente de execução contratual.

Ressalta-se que os quantitativos detalhados encontram-se consolidados em planilha específica e no relatório de cotação que integra o presente processo administrativo, servindo como base para a formação do valor estimado da contratação e para a elaboração do Termo de Referência.

Por fim, destaca-se que a estimativa apresentada possui caráter técnico e fundamentado, podendo sofrer ajustes pontuais na fase de consolidação do Termo de Referência, conforme a necessidade da Administração e a disponibilidade orçamentária, sem prejuízo da eficiência e da economicidade da contratação.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

06 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Base legal: Art. 18, §1º, IV.

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade da Administração, bem como verificar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida.

A análise considerou as práticas adotadas por outros entes da Administração Pública, bem como a ampla oferta de bens no mercado nacional, especialmente no que se refere ao fornecimento de eletroeletrônicos e equipamentos de escritório.

Conforme evidenciado no relatório de cotação que integra o presente processo administrativo, foram identificadas diversas contratações similares realizadas por órgãos públicos, cujos dados foram obtidos a partir de bases oficiais e sistemas de pesquisa de preços, em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021.

O levantamento demonstrou que os itens pretendidos são amplamente disponíveis no mercado, com múltiplos fornecedores aptos a atender à demanda, o que evidencia a viabilidade da competição e afasta qualquer risco de restrição indevida à participação de interessados.

Foram analisadas, de forma comparativa, as seguintes alternativas para atendimento da necessidade:

Aquisição Direta (Compra Única)

Consiste na aquisição integral dos bens em única contratação.

Embora permita imediata disponibilidade dos equipamentos, apresenta desvantagens relevantes, tais como necessidade de elevado desembolso inicial, risco de aquisição em quantitativos superiores à demanda real e possibilidade de obsolescência dos equipamentos ao longo do tempo.

Fornecimento Parcelado (Registro de Preços ou Contratação Sob Demanda)

Consiste na contratação de empresa para fornecimento dos bens conforme a necessidade da Administração, ao longo do período contratual.

Mostra-se a alternativa mais vantajosa, pois permite maior flexibilidade na aquisição, melhor controle de estoque, redução de desperdícios e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Locação de Equipamentos

Consiste na contratação de empresa para disponibilização dos equipamentos mediante pagamento periódico.

Embora possa ser aplicável em determinados contextos, não se mostra adequada para o presente caso, considerando o custo recorrente elevado e a natureza dos bens, que possuem vida útil prolongada e melhor relação custo-benefício quando adquiridos.

Doação ou Transferência entre Órgãos



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Consiste na obtenção de bens por meio de cessão ou doação de outros entes públicos.

Alternativa não viável, em razão da inexistência de disponibilidade de bens compatíveis em quantidade e qualidade suficientes para atender à demanda da Secretaria.

Diante da análise realizada, conclui-se que a contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de eletroeletrônicos e equipamentos de escritório apresenta-se como a solução mais adequada, sob os aspectos técnico, econômico e operacional, garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos e atendimento efetivo das necessidades da Administração.

07 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 18, §1º, V e Art. 23.

A estimativa do valor da contratação foi realizada com base em levantamento de mercado, por meio de pesquisa de preços em fontes diversas, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa nº 65/2021.

Para a composição do valor estimado, foram consideradas as seguintes fontes:

- Contratações similares realizadas por outros órgãos públicos;
- Dados constantes em sistemas oficiais de compras governamentais;
- Cotações obtidas junto a fornecedores do ramo;
- Referências de preços praticados no mercado.

A metodologia adotada buscou assegurar a obtenção de valores compatíveis com a realidade de mercado, observando critérios de razoabilidade, economicidade e vantajosidade para a Administração Pública.

O valor estimado da contratação foi definido a partir da consolidação dos preços unitários dos itens constantes na planilha de levantamento, considerando os quantitativos previamente estabelecidos no presente estudo.

Ressalta-se que os valores detalhados encontram-se registrados no relatório de cotação e na planilha de formação de preços que integram o processo administrativo, constituindo-se em referência para a definição do orçamento estimado da contratação.

Destaca-se que, em razão da natureza do objeto — fornecimento parcelado de eletroeletrônicos e equipamentos de escritório, o valor total estimado representa uma projeção de consumo, podendo variar conforme a efetiva demanda da Administração durante a execução contratual.

Dessa forma, a estimativa apresentada reflete adequadamente os preços praticados no mercado, atendendo às exigências legais e proporcionando base segura para a condução do procedimento licitatório.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

08 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Base legal: Art. 18, §1º, VI da Lei nº 14.133/2021.

A solução proposta consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento parcelado de eletroeletrônicos e equipamentos de escritório, destinados a atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Quijingue/BA.

A contratação deverá contemplar o fornecimento de bens novos, de primeiro uso, com especificações técnicas compatíveis com os padrões de qualidade e desempenho exigidos pela Administração, abrangendo itens como equipamentos de informática, eletrodomésticos, equipamentos de climatização e demais materiais necessários ao funcionamento das unidades escolares e administrativas.

A execução do objeto será realizada de forma parcelada, mediante solicitações da Administração, conforme a necessidade das unidades demandantes, ao longo do período de vigência contratual, permitindo maior controle sobre o consumo, melhor gestão de estoque e racionalização dos recursos públicos.

A solução prevê ainda que a contratada seja responsável pela entrega dos equipamentos nos locais indicados pela Administração, incluindo unidades escolares e setores administrativos, garantindo que os bens sejam entregues em perfeitas condições de uso.

Do ponto de vista operacional, a solução adotada permite:

- Flexibilidade na aquisição dos bens, conforme a demanda real;
- Redução de riscos de obsolescência tecnológica;
- Melhor planejamento orçamentário;
- Maior eficiência na gestão dos recursos públicos;
- Atendimento contínuo das necessidades da secretaria.

Alternativas como aquisição integral em lote único ou locação de equipamentos foram analisadas e não se mostraram tão vantajosas quanto o fornecimento parcelado, seja pelo risco de aquisição desnecessária, seja pelo custo recorrente ou pela perda de eficiência na gestão.

Dessa forma, a solução proposta apresenta-se como a mais adequada para atender à necessidade administrativa, garantindo eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos educacionais.

09 - PARCELAMENTO DO OBJETO:

Base legal: Art. 18, §1º, VIII e Art. 40, V, “b”.

Nos termos da legislação vigente, o parcelamento do objeto foi analisado com o objetivo de ampliar a competitividade e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da economia de escala e da eficiência na execução contratual.

Considerando a natureza do objeto — fornecimento de eletroeletrônicos e equipamentos de escritório — verifica-se que os itens são,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

em regra, independentes entre si, não havendo interdependência técnica que impeça a sua divisão.

Dessa forma, mostra-se viável o parcelamento do objeto, mediante divisão em itens ou lotes, de acordo com a similaridade e a natureza dos produtos, tais como:

- Equipamentos de informática;
- Equipamentos de climatização;
- Eletrodomésticos;
- Equipamentos de escritório e correlatos.

O parcelamento possibilita maior participação de fornecedores, especialmente microempresas e empresas de pequeno porte, ampliando a competitividade do certame e contribuindo para a obtenção de melhores condições comerciais.

Por outro lado, a divisão deverá ser realizada de forma criteriosa, evitando o fracionamento excessivo que possa comprometer a economia de escala, aumentar os custos administrativos ou dificultar a gestão contratual.

Ressalta-se que a definição final da forma de parcelamento será estabelecida no Termo de Referência, com base na análise técnica e na organização da planilha de itens, de modo a equilibrar competitividade e eficiência.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto é técnica e economicamente viável, devendo ser adotado como forma de promover maior eficiência na contratação, em consonância com os princípios da economicidade, competitividade e interesse público.

10 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS:

Base legal: Art. 18, §1º, X.

Verificou-se a existência de contratações correlatas no âmbito do Município de Quijingue/BA, especialmente por meio de Atas de Registro de Preços oriundas de pregões eletrônicos realizados no exercício de 2025, destinadas ao fornecimento de equipamentos de informática, eletroeletrônicos e itens de escritório.

Dentre os instrumentos identificados, destacam-se:

- Ata de Registro de Preços nº 059/2025SRP – Pregão Eletrônico nº 037/2025, voltada ao fornecimento de equipamentos como impressoras multifuncionais;
- Ata de Registro de Preços nº 060/2025SRP – Pregão Eletrônico nº 037/2025, contemplando equipamentos de informática similares;
- Ata de Registro de Preços nº 061/2025SRP – Pregão Eletrônico nº 037/2025, incluindo notebooks, nobreaks e equipamentos multimídia;
- Ata de Registro de Preços nº 068/2025SRP – Pregão Eletrônico nº 043/2025, com fornecimento de equipamentos de escritório;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

- Ata de Registro de Preços nº 076/2025SRP – Pregão Eletrônico nº 049/2025, contemplando eletrodomésticos e equipamentos diversos.

Observa-se que tais contratações possuem objeto semelhante ou complementar ao ora pretendido, evidenciando que o Município já adota soluções de fornecimento por meio do Sistema de Registro de Preços para atender demandas dessa natureza.

Todavia, destaca-se que as referidas atas possuem vigência limitada e quantitativos previamente definidos, não sendo suficientes, isoladamente, para atender à totalidade das necessidades atuais da Secretaria Municipal de Educação, especialmente diante da ampliação da demanda e da necessidade de reposição e modernização dos equipamentos.

Ademais, conforme previsto nos instrumentos analisados, a existência de ata de registro de preços não obriga a Administração a contratar, podendo ser realizada nova licitação para atendimento de demandas específicas, desde que devidamente justificada.

Dessa forma, a presente contratação não configura duplicidade indevida, mas sim complementação e atualização das contratações existentes, visando assegurar a continuidade e a eficiência das atividades administrativas e educacionais.

11 - PREVISÃO NO PLANEJAMENTO:

Base legal: Art. 18 e Art. 12, VII.

A presente contratação encontra-se alinhada ao princípio do planejamento, previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, constituindo etapa essencial para a adequada instrução do processo licitatório e para a definição da solução mais vantajosa à Administração Pública.

Nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem observar, sempre que possível, a compatibilidade com o Plano de Contratações Anual – PCA, instrumento que consolida as demandas previstas pelos órgãos da Administração.

Ressalta-se que, no âmbito do Município de Quijingue/BA, o Plano de Contratações Anual – PCA encontra-se em fase de estruturação e consolidação, razão pela qual a presente demanda ainda não se encontra formalmente registrada no referido instrumento.

Todavia, a necessidade ora apresentada possui caráter contínuo e essencial ao funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, não sendo possível postergar a contratação sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos educacionais e administrativos.

A aquisição de eletroeletrônicos e equipamentos de escritório visa garantir a manutenção e a modernização da infraestrutura das unidades escolares e dos setores administrativos, estando, portanto, diretamente vinculada aos objetivos institucionais da Administração Pública Municipal.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se compatível com o planejamento institucional em desenvolvimento, devendo ser incorporada ao Plano de Contratações Anual tão logo este seja formalmente instituído.

12 - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Base legal: art. 18, § 1º, incisos IV, VI e VII; Art. 28 e art. 5º CF.

A escolha da solução a ser contratada decorre da análise técnica realizada no levantamento de mercado, na definição das necessidades administrativas e na avaliação das alternativas disponíveis, conforme previsto no art. 18, § 1º, incisos IV, VI e VII, da Lei nº 14.133/2021.

Dentre as opções analisadas — aquisição imediata em lote único, fornecimento parcelado, locação de equipamentos e eventual utilização de bens oriundos de outros órgãos — verificou-se que o fornecimento parcelado de eletroeletrônicos e equipamentos de escritório apresenta-se como a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

A aquisição em lote único foi afastada em razão do elevado impacto orçamentário imediato, do risco de superdimensionamento da demanda e da possibilidade de obsolescência dos equipamentos ao longo do tempo.

A locação de equipamentos, por sua vez, não se mostrou vantajosa diante do custo recorrente elevado e da natureza dos bens, cuja aquisição proporciona melhor relação custo-benefício à Administração Pública, especialmente considerando sua vida útil prolongada.

A utilização de bens por meio de cessão ou doação entre órgãos públicos revelou-se inviável, tendo em vista a ausência de disponibilidade de equipamentos em quantidade e condições suficientes para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Dessa forma, optou-se pela contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento parcelado dos bens, modelo que proporciona maior flexibilidade na execução contratual, melhor gestão de estoque, redução de desperdícios e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

No que se refere à forma de seleção do fornecedor, a contratação será realizada mediante processo licitatório, em consonância com o art. 28 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Ademais, a escolha da solução observa os direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal, especialmente no que se refere à isonomia entre os licitantes e à vedação de qualquer forma de restrição indevida à competitividade.

A solução adotada, portanto, atende aos princípios do interesse público, da economicidade, da eficiência e da competitividade,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

apresentando-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

13 - RESULTADOS PRETENDIDOS:

Base legal: Art. 18, §1º, VII.

A contratação pretendida visa alcançar resultados concretos e mensuráveis no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Quijingue/BA, garantindo a melhoria da infraestrutura administrativa e educacional, bem como a eficiência na prestação dos serviços públicos.

Com a execução da contratação, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- Assegurar a continuidade das atividades administrativas e pedagógicas nas unidades escolares e setores vinculados à Secretaria;
- Promover a modernização da infraestrutura tecnológica e operacional da rede municipal de ensino;
- Melhorar as condições de trabalho dos servidores, proporcionando maior eficiência na execução das atividades;
- Garantir maior agilidade nos processos administrativos e no atendimento às demandas internas e externas;
- Reduzir falhas operacionais decorrentes da ausência ou inadequação de equipamentos;
- Possibilitar melhor controle e organização das atividades administrativas e educacionais;
- Otimizar a gestão dos recursos públicos, por meio da aquisição planejada e do fornecimento parcelado;
- Evitar desperdícios e aquisições desnecessárias, reduzindo custos com armazenamento e obsolescência de equipamentos;
- Ampliar a capacidade de atendimento das unidades escolares, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços educacionais ofertados à população.

Espera-se, ainda, que a contratação contribua para o fortalecimento da gestão pública municipal, promovendo maior eficiência, economicidade e qualidade na execução das políticas públicas educacionais.

Dessa forma, os resultados pretendidos estão diretamente alinhados aos princípios da eficiência, planejamento e interesse público, assegurando a adequada utilização dos recursos públicos e a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade.

14 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS:

Base legal: Art. 18, §1º, IX.

Para a adequada execução da contratação pretendida, a Administração adotou e/ou deverá adotar previamente as seguintes providências:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

- Realização do levantamento das necessidades das unidades escolares e setores administrativos da Secretaria Municipal de Educação, com identificação dos equipamentos necessários;
- Elaboração do Documento de Formalização da Demanda – DFD e do presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, com definição da solução mais adequada para atendimento da necessidade;
- Levantamento de mercado e pesquisa de preços, com base em fontes diversas, em conformidade com a legislação vigente;
- Definição preliminar dos quantitativos a serem contratados, considerando o histórico de consumo e a previsão de demanda;
- Verificação da disponibilidade orçamentária para suportar a contratação;
- Planejamento da logística de recebimento, armazenamento e distribuição dos equipamentos às unidades escolares e setores administrativos;
- Designação de servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- Definição dos locais de entrega e das condições necessárias para o recebimento dos equipamentos;
- Preparação da equipe administrativa para gestão do contrato e controle do fornecimento parcelado.

Ressalta-se que tais providências são essenciais para garantir a adequada execução do objeto, minimizando riscos operacionais e assegurando a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, verifica-se que a Administração encontra-se devidamente preparada para a realização da contratação, não havendo impedimentos de ordem técnica, administrativa ou orçamentária para o prosseguimento do processo.

15 - IMPACTOS AMBIENTAIS:

Base legal: Art. 18, §1º, XII.

A contratação pretendida envolve o fornecimento de eletroeletrônicos e equipamentos de escritório, os quais, embora não apresentem impacto ambiental significativo direto em sua utilização, podem gerar impactos indiretos relacionados ao consumo de energia, descarte de resíduos e substituição de equipamentos ao longo do tempo.

Dentre os principais aspectos ambientais associados à contratação, destacam-se:

- Consumo de energia elétrica pelos equipamentos, especialmente aqueles de uso contínuo;
- Geração de resíduos eletrônicos (lixo eletrônico) ao final da vida útil dos equipamentos;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

- Descarte de componentes, como baterias e dispositivos eletrônicos, que demandam destinação ambientalmente adequada;
- Utilização de materiais na fabricação dos equipamentos, com impacto indireto na cadeia produtiva.

Como medidas mitigadoras, deverão ser observados, sempre que possível:

- Aquisição de equipamentos com maior eficiência energética, preferencialmente classificados com selo de economia de energia, quando aplicável;
- Priorização de produtos que atendam a normas ambientais e de segurança vigentes;
- Adoção de práticas adequadas de descarte de equipamentos inservíveis, em conformidade com a legislação ambiental;
- Estímulo à utilização racional dos equipamentos, evitando consumo desnecessário de energia;
- Orientação aos setores responsáveis quanto à destinação adequada de resíduos eletrônicos.

Ressalta-se que a natureza do objeto não enseja impactos ambientais relevantes ou impeditivos à contratação, sendo os efeitos identificados plenamente mitigáveis mediante a adoção de boas práticas de gestão e uso dos equipamentos.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é ambientalmente viável, desde que observadas as medidas de mitigação mencionadas, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade ambiental.

16 - MAPA DE ANÁLISE DE RISCOS:

Base legal: Art. 18, §1º, X.

A análise de riscos tem por finalidade identificar, avaliar e propor medidas de mitigação para eventos que possam comprometer o sucesso da contratação, assegurando maior eficiência na execução contratual.

Identificação dos Riscos

Nº	RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MEDIDAS MITIGADORAS
01	Entrega de equipamentos fora das especificações técnicas	Média	Alto	Definição clara das especificações no Termo de Referência e conferência no recebimento
02	Atraso na entrega dos produtos	Média	Médio	Estabelecimento de prazos contratuais e aplicação de penalidades
03	Fornecimento de	Baixa	Alto	Exigência de garantia e



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Nº	RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MEDIDAS MITIGADORAS
	equipamentos com defeito			substituição imediata
04	Variação de preços de mercado	Média	Médio	Utilização de estimativa atualizada e possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro
05	Aquisição de quantitativos superiores à necessidade real	Baixa	Médio	Adoção de fornecimento parcelado conforme demanda
06	Falha na gestão e fiscalização contratual	Baixa	Alto	Designação de fiscal de contrato e acompanhamento contínuo
07	Entrega em local inadequado ou divergente	Baixa	Médio	Definição prévia dos locais de entrega e controle por ordem de fornecimento
08	Obsolescência tecnológica dos equipamentos	Média	Médio	Aquisição sob demanda e atualização conforme necessidade
09	Descontinuidade do fornecimento por parte da contratada	Baixa	Alto	Previsão de penalidades e possibilidade de substituição contratual
10	Problemas no armazenamento ou distribuição interna	Baixa	Médio	Planejamento logístico prévio pela Administração

Avaliação dos Riscos

Os riscos identificados apresentam, em sua maioria, probabilidade baixa a média e impactos controláveis, sendo considerados inerentes ao objeto da contratação e plenamente mitigáveis mediante a adoção das medidas preventivas indicadas.

Estratégia de Mitigação

A Administração adotará medidas preventivas e corretivas, tais como:

- Elaboração de Termo de Referência com especificações claras e objetivas;
- Definição de critérios rigorosos de aceitação dos produtos;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

- Acompanhamento contínuo da execução contratual por fiscal designado;
- Aplicação de penalidades em caso de descumprimento contratual;
- Adoção de fornecimento parcelado para melhor controle da demanda;
- Exigência de garantia dos equipamentos fornecidos.

Conclusão da Análise de Riscos

Diante da análise realizada, conclui-se que os riscos associados à contratação são controláveis e mitigáveis, não representando impedimento à sua realização.

A adoção das medidas propostas assegura a viabilidade da contratação, garantindo a continuidade dos serviços públicos e a adequada execução do objeto.

17 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 18, §1º, XIII.

Com base nas análises realizadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, conclui-se que a contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de eletroeletrônicos e equipamentos de escritório, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Quijingue/BA, mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

A solução proposta revelou-se adequada para o atendimento da necessidade administrativa, considerando:

- A compatibilidade com as demandas das unidades escolares e setores administrativos;
- A ampla disponibilidade de fornecedores no mercado, garantindo competitividade;
- A adequação do modelo de fornecimento parcelado, que proporciona maior eficiência na gestão dos recursos públicos;
- A existência de estimativa de preços fundamentada em pesquisa de mercado;
- A mitigação dos riscos identificados, considerados controláveis;
- O alinhamento com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público.

Ademais, não foram identificados impedimentos técnicos, jurídicos ou operacionais que inviabilizem a contratação, estando a Administração devidamente preparada para sua execução, conforme demonstrado nas providências prévias adotadas.

Dessa forma, CONCLUI-SE pela VIABILIDADE da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo com a elaboração do



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Termo de Referência e a adoção das medidas necessárias à realização do procedimento licitatório.

Quijingue/BA, em 05 de maio de 2026.

Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre
Secretária Municipal de Saúde

EDITAL



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

01 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 6º, XXIII e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

1.1 A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais reagentes e insumos laboratoriais, por meio de fornecimento parcelado, destinados ao atendimento das demandas do Laboratório Municipal de Quijingue/BA, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

LOTE 01 – REAGENTES BIOQUÍMICOS E ENZIMÁTICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR
1	ACIDO URICO, METODO ENZIMÁTICO, REAGENTE 1 - CONTÉM TAMPÃO 155 MM, 4-AMINOANTIPIRINA0,1 MM, PEROXIDASE ³³ 1000 U/L, AZIDA SÓDICA 0,02% E SURFACTANTES REAGENTE 2 - CONTÉM TAMPÃO 155 MM, DHBS 2,5 MM, URICASE 300 U/L, AZIDA ³³ SÓDICA 0,02% E SURFACTANTES 3 -PADRÃO - CONTÉM ÁCIDO ÚRICO 6,0 MG/DL - FR 250 ML	KITS	48	R\$ 163,85
2	ALT/GPTLIQUIFORM METODOLOGIA CINÉTICA UV-IFCC REAGENTE 1 - CONTÉM TAMPÃO TRIS 105 MMOL/L; L-ASPARTATO 330 MMOL/L; MDH ³³ 825 U/L; LDH 1200 U/L E AZIDA SÓDICA 0,095% 2 - REAGENTE 2 - CONTÉM TAMPÃO TRIS 20 MMOL/L; NADH 1320 MOL/L; -CETOGLUTARATOMA66 MMOL/L E AZIDA SÓDICA 0,095% 3 - *REAGENTE 3 - CONTÉM TRIS 20 MMOL/L; PIRIDOXAL FOSFATO 11,1 MMOL/L; AZIDA SÓDICA0,095%	KITS	60	R\$ 168,62
3	AST/GOT LIQUIFORM METODOLOGIA CINÉTICA UV-IFCC 1 -REAGENTE 1 - CONTÉM TAMPÃO TRIS 105 MMOL/L; L-ASPARTATO 330 MMOL/L; MDH ³³ 825 U/L; LDH 1200 U/L E AZIDA SÓDICA 095% REAGENTE 2 - CONTÉM TAMPÃO TRIS 20 MMOL/L; NADH 1320 MOL/L; - CETOGLUTARATOMA66 MMOL/L E AZIDA	KITS	60	R\$ 221,40



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	SÓDICA, 0,095% -REAGENTE 3 - CONTÉM TRIS 20 MMOL/L; PIRIDOXAL FOSFATO 11,1 MMOL/L; AZIDA SÓDICA 0,095%			
4	COLESTEROL ENZIMÁTICO LÍQUIDO 76-2/100: REAGENTE1 - 500 ML CONTÉM TAMPÃO 50 MMOL, PH 7,0, FENOL 24,0 MMOL/L, COLATO DE SÓDIO 500 MMOL/L, AZIDA SÓDICA 15 MMOL/L, 4 AMINOANTIPIRINA 500 MMOL/L, COLESTEROL ESTERASE ³ 250 U/L, COLESTEROL OXIDASE ³ 250 U/L E PEROXIDASE ³ 1000 U/L PADRÃO 200 MG/DL: CONTÉM AZIDA SÓDICA 15 MMOL/L	KITS	60	R\$ 305,07
5	COLESTEROL HDL METODOLOGIA LABTEST REAGENTES1 -PRECIPITANTE -CONTÉM ÁCIDO FOSFOTÚNGSTICO 1,5 MMOL/L E CLORETO DE MAGNÉSIO 54 MMOL/L 2 - PADRÃO 20 MG/DL - CONTÉM COLESTEROL 0,52 MMOL/L E AZIDA SÓDICA 14,6 MMOL/L ARMAZENAR BEM VEDADO PARA EVITAR EVAPORAÇÃO	KITS	60	R\$ 60,46
6	CREATININA K MÉTODO:COLORIMÉTRICO (PICRATO ALCALINO - JAFFÉ), 96-300: R1 - 1 X 240 ML, R2 - 1 X 60 ML, PADRÃO INCLUÍDO, R4 - 1 X 5 ML	FRASCOS	60	R\$ 148,33
7	GLICOSE ENZIMÁTICO/COLORIMÉTRICO REAGENTE DE COR - 500ML, METODOLOGIA GOD- TRINDER REAGENTE 1 - CONTÉM TAMPÃO FOSFATO 30 MMOL/L, PH 7,5; FENOL 1 MMOL/L; GLICOSE ³ OXIDASE 12500 U/L; PEROXIDASE 800 U/L; 4- AMINOANTIPIRINA ³³³ M290 MMOL/L; AZIDA SÓDICA 7,5 MMOL/L; E SURFACTANTES 2 - <PADRÃO CALIBRADOR - CONTÉM: GLICOSE 100 MG/DL E BIOCIDA NÃO TÓXICO	FRASCOS	48	R\$ 140,25
8	POTÁSSIO, SISTEMA COLORIMÉTRICO PARA AMOSTRA DE SORO, PRECIPITANTE 60ML, REAGENTE 1 TETRAFENILBORATO - 100ML + REAGENTE 2 HIDROXIDO DE SÓDIO 100ML + PADRÃO - PARA DETERMINAÇÃO EM	KITS	48	R\$ 297,38



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	EQUIPAMENTOS AUTOMÁTICO E SEMI AUTOMÁTICO			
9	TRIGLICÉRIDES LIQUIFORM METODOLOGIA ENZIMÁTICO-TRINDER -REAGENTE 1 - CONTÉM TAMPÃO 50 MMOL/L, PH 7,0; ÍONS MAGNÉSIO 4 MMOL/L; 4-CLOROFENOL 2,70 MMOL/L; 4-AMINOANTIPIRINA 300MMOL/L; ATPM1,8 MMOL/L; LIPOPROTEÍNA LIPASE 1400 U/L; GLICEROLQUINASE 1000 U/L; ³³ GLICEROLFOSFATO OXIDASE 1500 U/L; PEROXIDASE 900 U/L E AZIDA SÓDICA ³³ 0,095% 2 -PADRÃO - CONTÉM TRIGLICÉRIDES 200 MG/DL E AZIDA SÓDICA 0,045% - 500ML	KITS	60	R\$ 371,79
10	UREIA - SISTEMA COLORIMÉTRICO ENZIMÁTICO METODOLOGIA UREASE-LABTEST 500ML REAGENTES1 UREASE - CONTÉM TAMPÃO FOSFATO 10 MMOL/L E UREASE 268 KU/L ³² TAMPÃO - ESTOQUE - CONTÉM TAMPÃO FOSFATO 100 MMOL/L, PH 6,9; SALICILATO DE SÓDIO312 MMOL/L E NITROPRUSSATO DE SÓDIO 16,8 MMOL/L 3 - OXIDANTE - CONTÉM HIDRÓXIDO DE SÓDIO 2,8 MOL/L E HIPOCLORITO DE SÓDIO 121 MMOL/L 4 -PADRÃO 70 MG/DL - CONTÉM AZIDA SÓDICA 7,7 MMOL/L	KITS	72	R\$ 288,73

LOTE 02 – IMUNOLOGIA E TESTES RÁPIDOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR
1	ASLO LATEX 400/100-100 2,5ML REAGENTE	FRASCOS	24	R\$ 58,60
2	BETA - HCG - STRIP SORO/URINAT C/50 TIRAS	CAIXAS	40	R\$ 70,05
3	CK-MB, LIQUIFORM -SISTEMA CINÉTICO 118-2/30 - R1 2X24ML / R2 2X 6ML	KITS	48	R\$ 469,64
4	FATOR REUMATOIDE - FR 10ML	FRASCOS	12	R\$ 32,12
5	PCR LATEX TESTES REAGENTES, FRASCOS COM 100	FRASCOS	100	R\$ 61,76
6	SANGUE OCULTO TESTE RÁPIDO, IMUNOCROMATOGRÁFICO, EM TIRAS, PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO	KITS	24	R\$ 53,43



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	SANGUE HUMANO NAS FEZES SENSIBILIDADE DE 100 NG/ML APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 25 TESTES			
7	TROPONINA T - DETECÇÃO QUALITATIVA DA TROPONINA I (CTNI), SENSIBILIDADE: 100%, ESPECIFICIDADE: 100%, ARMAZENAMENTO: 2 A 30°C, AMOSTRA: SANGUE TOTAL, SORO OU PLASMA, VOLUME DE AMOSTRA: 100UL, TEMPO DO TESTE: 15 MINUTOS	KITS	80	R\$ 112,69
8	VDRL PRONTO P/ USO	FRASCOS	48	R\$ 58,11

LOTE 03 – HEMATOLOGIA E COAGULAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR
1	CORANTE RÁPIDO PARA HEMATOLOGIA - INSTANT PROV 1 500ML	FRASCOS	12	R\$ 15,20
2	CORANTE RÁPIDO PARA HEMATOLOGIA - INSTANT PROV 2 500ML	FRASCOS	12	R\$ 18,86
3	CORANTE RÁPIDO PARA HEMATOLOGIA - INSTANT PROV 3 500ML	FRASCOS	12	R\$ 22,61
4	HEMOLISE LMG - SOLUÇÃO HEMOLISANTE PARA USO EM ANALISADOR HEMATOLÓGICO AUTOMÁTICO - 3 PARTES	LITROS	24	R\$ 317,83
5	HEMOTON LMG SOLUÇÃO DILUENTE PARA CONTAGEM E DFERENCIAÇÃO DAS CÉLULAS SANGUINEAS EM ANALISADORES HEMATOLÓGICOS AUTOMÁTICOS - GALÃO 20 L - 3 PARTES	GALÕES	48	R\$ 146,33
6	TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA TTPA	KITS	48	R\$ 11,25
7	TROMBOPLASTINA TP 10 X 2 ML	KITS	48	R\$ 10,95

LOTE 04 – MICROBIOLOGIA E CORANTES

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR
1	ÁLCOOL ÁCIDO SOLUÇÃO 1% FR DE 1 LITRO - PARA BACIOSCOPIA	FRASCOS	18	R\$ 29,66
2	AZUL DE METILENO, LÍQUIDO 500 ML	LITROS	12	R\$ 29,84
3	FUCCINA DE ZIEHL 500ML	FRASCOS	12	R\$ 24,93
4	LUGOL FORTE 5 %	LITROS	6	R\$ 246,06



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

LOTE 05 – IMUNO-HEMATOLOGIA (SOROLOGIA SANGUÍNEA)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR
1	SORO COOMBS ANTI IGG	FRASCOS	12	R\$ 47,03
2	SORO MONOCLONAL ANTI-A	FRASCOS	36	R\$ 26,00
3	SORO MONOCLONAL ANTI-B	FRASCOS	36	R\$ 28,99
4	SORO MONOCLONAL ANTI-D (RH)	FRASCOS	36	R\$ 49,56

LOTE 06 – URINÁLISE E TESTES DE ROTINA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR
1	TIRAS TESTES PARA A DETERMINAÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE DEZ PARÂMETROS NA URINA; LEUCÓCITOS, UROBILINOGENIO, BILIRRUBINA, SANGUE OCULTO, NITRITOS, PH, DENSIDADE ESPECÍFICA, PROTEÍNA, GLICOSE E CETONAS CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXAS	72	R\$ 48,03

LOTE 07 – MATERIAIS DE COLETA DE SANGUE

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR
1	ADAPTADOR PLÁSTICO USO ÚNICO, NÃO ESTÉRIL, PARA AGULHA DE COLETA MÚLTIPLA DE SANGUE A VÁCUO E TUBO DE 13 MM E 16 MM	UNIDADES	36	R\$ 1,52
2	ADESIVO CURATIVOS PARA COLETA SANGUINEA - DIAMETRO 25MM - 500 UND CURATIVO ABSORVENTE BEGE PÓS PUNÇÃO VENOSA	CAIXAS	200	R\$ 22,91
3	AGULHA À VACUO 25X7 PARA COLETAS MÚLTIPLAS DE SANGUE VENOSO CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA E TRIFACETADA DISPOSITIVO EMBORRACHADO QUE PERMITE PERFEITO ENCAIXE DE ADAPTADORES E FACILITA A TROCA DE TUBOS EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM CÁPSULAS HERMETICAMENTE FECHADAS ESTERILIZADAS POR ÓXIDO DE ETILENO APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXAS	200	R\$ 37,05
4	AGULHA À VACUO 25X8 PARA COLETAS MÚLTIPLAS DE SANGUE VENOSO CÂNULA EM	CAIXAS	200	R\$ 34,71



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA E TRIFACETADA DISPOSITIVO EMBORRACHADO QUE PERMITE PERFEITO ENCAIXE DE ADAPTADORES E FACILITA A TROCA DE TUBOS EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM CÁPSULAS HERMETICAMENTE FECHADAS ESTERILIZADAS POR ÓXIDO DE ETILENO APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES			
5	ANTI-COAGULANTE UNIVERSAL - EDTA 20 ML	FRASCOS	200	R\$ 13,23
6	GARROTE, COM TRAVA PARA COLETA SANGUINEA, EM TECIDO ELÁSTICO E TRAVA DE SEGURANÇA DE PLÁSTICO COM DOIS ESTÁGIOS (ALÍVIO E RETIRADA) ANTIALÉRGICO	UNIDADES	100	R\$ 12,01

LOTE 08 – TUBOS E MICROCOLETA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR
1	TUBO CAPILAR PARA HEMATÓCRITO C/500	CAIXAS	18	R\$ 34,21
2	TUBO CONICO PARA CENTRIFUGACAO DE URINA SEM TAMPA C/50	PACOTES	10	R\$ 31,41
3	TUBO DE ENSAIO DE PLASTICO 13X100 MM A VACUO C/GEL SEPARADOR COM ATIVADOR DE COÁGULO, 5 ML COM TAMPA AMARELA	UNIDADES	26000	R\$ 0,88
4	TUBO DE ENSAIO DE PLASTICO 13X75 MM A VACUO C/GEL SEPARADOR COM ATIVADOR DE COÁGULO 4 ML COM TAMPA AMARELA	UNIDADES	26000	R\$ 0,86
5	TUBO DE ENSAIO DE PLASTICO 16X100 MM A VACUO C/GEL SEPARADOR 8 ML COM TAMPA AMARELA	UNIDADES	26000	R\$ 1,36
6	TUBO DE ENSAIO DE PLASTICO 16X100 MM A VACUO SEM ANTICOAGULANTE 5 ML COM TAMPA VERMELHO	UNIDADES	26000	R\$ 0,83
7	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO 12X75 MM	UNIDADES	2000	R\$ 0,33
8	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO 15X100 MM	UNIDADES	2000	R\$ 0,72
9	TUBO DE ENSAIO PLASTICO 12,7X75 MM A VACUO C/ EDTA TAMPA COR LILAS	UNIDADES	26000	R\$ 1,10
10	TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO CITRATO DE SÓDIO 4,5 ML, PLÁSTICO, 13X15	UNIDADES	13000	R\$ 1,16



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	MM, 4ML			
11	TUBO PARA COLETA DE SANGUE EM NEONATOS, COM EDTA K2, EM PLÁSTICO, NÃO ESTÉRIL, PARA MICROCOLETA DE SANGUECAPILAR, CAPACIDADE DE 250 A 500 MICROLITROS DE SANGUE, TAMPA COR LILÁS	UNIDADES	4800	R\$ 0,46
12	TUBO PARA COLETA DE SANGUE EM NEONATOS, COM GEL SEPARADOR E ATIVADOR DE COÁGULO EM PLÁSTICO, NÃO ESTÉRIL, PARA MICROCOLETA DE SANGUE CAPILAR, CAPACIDADE ATÉ 600 MICROLITROS DE SANGUE, TAMPA COR AMARELA	UNIDADES	4800	R\$ 0,77

LOTE 09 – VIDRARIAS E CONSUMÍVEIS LABORATORIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR
1	BASTÃO DE VIDRO 8MM X 300MM	UNIDADES	50	R\$ 3,57
2	CALICE PLASTICO DE PARASITOLOGIA 200ML COM BASE	UNIDADES	200	R\$ 7,17
3	ESCOVA PARA LAVAGEM DE MATERIAL DIAM 10MMCOM 120MM, PINCEL 25MM COMP TOTAL 60MM	UNIDADES	100	R\$ 6,25
4	ESCOVA PARA LAVAGEM DE MATERIAL DIAM 8MMCOM 40MM, PINCEL 25MM COMP TOTAL 195MM	UNIDADES	100	R\$ 9,64
5	LÂMINA P/MICROSCOPIA FOSCA PONTA LAPIDADA C/50	CAIXAS	500	R\$ 11,71
6	LÂMINULA P/MICROSCOPIA 24X24 C/ 100	CAIXAS	150	R\$ 4,40
7	MASSA PARA SELAR TUBOS 18 GR	CAIXAS	60	R\$ 37,72
8	ÓLEO PARA IMERSÃO PARA MICROSCOPIA, 100 ML	FRASCOS	20	R\$ 32,62
9	PAPEL FILTRO PCT C/100	CAIXAS	5	R\$ 9,96

LOTE 10 – EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS LABORATORIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR
1	BERÇO PARA CUBA DE COLORAÇÃO - 30 LÂMINAS - AÇO INOX	UNIDADES	5	R\$ 60,59
2	CRONOMETRO DIGITAL - ESPECIFICAÇÃO:	UNIDADES	5	R\$ 89,91



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	CRONOMETRO DIGITAL PROGRESSIVO E REGRESSIVO, A PROVA D'AGUA, UNID DE MEDIDA:1/100 DE SEGUNDOS COM MOSTRADOR DE HORA E DATA (12 E 24), ALARME DISPOSITIVO DE PARADA DE TEMPO, BATERIA DE LITIO E CORDÃO TAMANHO DA CAIXA COM MEDIDAS APROXIMADAS 8,50CMX6,50CMX2,30CM			
3	LAMPADA HALOGÊNIO 6V20W - PARA MICROSCOPIO	UNIDADES	5	R\$ 30,35
4	MICROPIPETA VARIÁVEL 100 - 1000 UL	UNIDADES	10	R\$ 246,76
5	PIPETA AUTOMATICA 10 MICROLITROS	UNIDADES	5	R\$ 161,58
6	PIPETA AUTOMATICA 100 MICROLITROS	UNIDADES	5	R\$ 188,00
7	PIPETA AUTOMATICA 1000 MICROLITROS	UNIDADES	5	R\$ 282,11
8	PIPETA AUTOMATICA 20 MICROLITROS	UNIDADES	5	R\$ 150,00
9	PIPETA AUTOMATICA 200 MICROLITROS	UNIDADES	5	R\$ 205,41
10	PIPETA AUTOMATICA 25 MICROLITROS	UNIDADES	5	R\$ 163,90
11	PIPETA AUTOMATICA 250 MICROLITROS	UNIDADES	2	R\$ 186,31
12	PIPETA AUTOMATICA 50 MICROLITROS	UNIDADES	5	R\$ 156,58
13	PLACA DE KLINE C/12 ESCAVAÇÕES	UNIDADES	10	R\$ 59,64
14	PROVETA DE VIDRO 500 ML GRADUADA COM BASE	UNIDADES	4	R\$ 151,84
15	SUPORTE PARA CORANTE DE LAMINA PLASTICO CAPACIDADE 20 UND	UNIDADES	5	R\$ 72,33
16	TERMOMETRO PARA BANHO MARIA	UNIDADES	4	R\$ 82,09

LOTE 11 – PIPETAGEM E ACESSÓRIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR
1	PIPETA GRADUADA DE VIDRO 1 ML	UNIDADES	20	R\$ 4,76
2	PIPETA GRADUADA DE VIDRO 10 ML	UNIDADES	20	R\$ 12,06
3	PIPETA GRADUADA DE VIDRO 2 ML	UNIDADES	20	R\$ 5,80
4	PONTEIRAS DESC PARA MICROPIPETA DE 0-200 MICROLITROS - AMARELA C/1000	PACOTES	20	R\$ 31,25
5	PONTEIRAS DESC PARA MICROPIPETA DE 200-1000 MICROLITROS - AZUL C/1000	PACOTES	20	R\$ 52,97

LOTE 12 – SUPORTES E ORGANIZAÇÃO DE LABORATÓRIO



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR
1	GALERIA P/TUBOS - PLASTICO 120X17 CAPACIDADE 48 TBS	UNIDADES	20	R\$ 41,10
2	GALERIA P/TUBOS - PLASTICO 36X17 CAPACIDADE 36 TBS	UNIDADES	20	R\$ 33,45
3	GALERIA P/TUBOS - PLASTICO 72X17 CAPACIDADE 12 TBS	UNIDADES	20	R\$ 22,31
4	GALERIA P/TUBOS - PLASTICO 72X17 CAPACIDADE 36 TBS	UNIDADES	20	R\$ 37,56

LOTE 13 – LIMPEZA E SUPORTE LABORATORIAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR
1	DIACLEANER 20215 AX - SOLUÇÃO ENZIMATICA HEMATOLOGI	LITROS	24	R\$ 61,87

1.2 O objeto compreende o fornecimento de itens indispensáveis à realização de exames laboratoriais, incluindo reagentes químicos, kits diagnósticos, soluções laboratoriais, materiais para coleta de amostras biológicas, consumíveis e demais insumos necessários ao pleno funcionamento das atividades laboratoriais.

1.3 Os itens a serem adquiridos encontram-se detalhados em planilha específica integrante deste Termo de Referência, contendo a descrição, unidade de medida, quantitativos estimados e demais especificações técnicas, as quais deverão ser rigorosamente observadas pelos licitantes.

1.4 O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, assegurando o abastecimento contínuo dos insumos e a regularidade dos serviços laboratoriais.

1.5 A contratação visa garantir a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços de diagnóstico prestados à população do Município de Quijingue/BA, em observância aos princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

02. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

Base legal: Art. 6º, inciso XIII, e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

2.1 A presente contratação fundamenta-se nas disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública, especialmente no que se refere ao planejamento, à seleção da proposta mais vantajosa e à execução contratual.

2.2 O objeto da presente contratação classifica-se como **fornecimento de bens comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

14.133/2021, uma vez que os materiais médico-hospitalares possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo mercado, sendo usualmente comercializados por diversos fornecedores.

2.3 Em razão de sua natureza comum, o objeto admite especificações usuais de mercado, não demandando soluções técnicas inovadoras ou desenvolvimento específico, o que possibilita a adequada comparação de propostas e a seleção com base em critérios objetivos.

2.4 A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade **pregão eletrônico**, em consonância com a natureza do objeto e com os princípios da eficiência, economicidade e competitividade.

2.5 O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço por lote**, considerando a estruturação do objeto em grupos de itens com características semelhantes, conforme definido neste Termo de Referência.

2.6 A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, sob o regime de fornecimento parcelado, conforme demanda da Administração, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

03 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Base legal: Art. 18, §1º, VI da Lei nº 14.133/2021.

3.1. A descrição detalhada da solução adotada encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra este Termo de Referência como documento complementar.

3.2. A solução consiste na execução integrada dos serviços de prótese dentária, incluindo todas as etapas necessárias à reabilitação oral dos pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

3.3. A contratada será responsável pela execução completa dos serviços, desde a moldagem até a instalação final, garantindo qualidade, funcionalidade e adaptação das próteses.

04 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.

4.1 A contratação deverá atender às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, garantindo a qualidade, a segurança e a eficácia dos materiais reagentes e insumos laboratoriais a serem fornecidos ao Laboratório Municipal de Quijingue/BA.

4.2 Os produtos deverão possuir registro, notificação ou dispensa regular junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando aplicável, atendendo às normas sanitárias vigentes.

4.3 Os insumos deverão apresentar prazo de validade adequado ao consumo estimado, sendo vedado o fornecimento de produtos com prazo exíguo ou incompatível com a utilização pela Administração.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

4.4 A contratada deverá garantir condições adequadas de armazenamento, transporte e entrega dos produtos, preservando sua integridade e qualidade até o recebimento definitivo pela Administração.

4.5 O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

4.6 A contratada deverá assegurar a rastreabilidade dos produtos fornecidos, permitindo a identificação de lote, data de fabricação e validade, quando aplicável.

4.7 Não será admitida a subcontratação do objeto principal, podendo ser autorizada, de forma excepcional, a subcontratação de atividades acessórias, desde que previamente aprovada pela Administração e sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada.

4.8 Os produtos fornecidos deverão estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, incluindo padrões de qualidade, segurança e desempenho exigidos para uso em serviços de saúde.

4.9 A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica e operacional para o fornecimento dos insumos, bem como regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, nos termos da legislação vigente.

4.10 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo a ser definido pela Administração, sem ônus adicional.

4.11 Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições estabelecidas, cabendo à contratada arcar com todos os custos decorrentes da substituição.

05 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.

5.1 A execução do objeto dar-se-á por meio do fornecimento parcelado de materiais reagentes e insumos laboratoriais, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

5.2 A contratada deverá realizar a entrega dos produtos no prazo máximo a ser definido no edital, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, devidamente acompanhada da nota de empenho.

5.3 As entregas deverão ser realizadas no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Saúde de Quijingue/BA, em local previamente designado para recebimento dos materiais.

5.4 Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados, lacrados e identificados, contendo informações como lote, data de fabricação e prazo de validade, quando aplicável.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

5.5 A contratada deverá garantir que os produtos transportados estejam protegidos contra danos, contaminações ou alterações de suas características físico-químicas durante o transporte.

5.6 O recebimento dos materiais será realizado em duas etapas, sendo o recebimento provisório no ato da entrega, para verificação quantitativa, e o recebimento definitivo após a conferência qualitativa e conformidade com as especificações técnicas.

5.7 Caso sejam identificadas irregularidades ou desconformidades nos produtos entregues, a contratada deverá proceder à substituição no prazo a ser estabelecido pela Administração, sem qualquer ônus adicional.

5.8 A contratada deverá manter regularidade no fornecimento durante toda a vigência contratual, garantindo o abastecimento contínuo dos insumos necessários ao funcionamento do laboratório.

5.9 A Administração poderá solicitar entregas em quantidades variáveis, conforme a demanda, não estando obrigada à aquisição integral dos quantitativos estimados.

5.10 A execução contratual deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, bem como as normas sanitárias e técnicas aplicáveis ao objeto.

06 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

Base legal: Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.1 A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por servidores formalmente designados pela Administração, os quais atuarão como gestor e fiscal do contrato, nos termos da legislação vigente.

6.2 Compete ao gestor do contrato acompanhar a execução global do ajuste, adotando as medidas necessárias para o cumprimento das condições pactuadas, bem como promover a interlocução com a contratada.

6.3 Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução do objeto, verificando o cumprimento das especificações técnicas, prazos de entrega, condições de fornecimento e demais obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

6.4 A fiscalização será exercida de forma contínua e sistemática, por meio de registros próprios, nos quais serão anotadas todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual.

6.5 O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à contratada quaisquer esclarecimentos, documentos ou informações necessárias à adequada verificação da execução do objeto.

6.6 Constatadas irregularidades na execução contratual, a Administração notificará a contratada para adoção das medidas corretivas no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada mediante controle de entregas, verificação de conformidade dos produtos e conferência dos documentos fiscais apresentados pela contratada.

6.8 A Administração poderá realizar diligências, inspeções ou auditorias, a qualquer tempo, com o objetivo de verificar a regularidade da execução contratual.

6.9 O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada pelo cumprimento integral das obrigações assumidas.

6.10 A gestão contratual observará os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e controle, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e a regular execução do objeto.

07 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Base legal: Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.1 A medição do objeto será realizada com base nas entregas efetivamente realizadas pela contratada, considerando os quantitativos de materiais reagentes e insumos laboratoriais devidamente entregues e aceitos pela Administração.

7.2 O pagamento será efetuado de forma parcelada, de acordo com as entregas realizadas, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

7.3 Para fins de pagamento, será considerada a conferência quantitativa e qualitativa dos produtos entregues, observando-se a conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

7.4 O pagamento somente será autorizado após o recebimento definitivo dos materiais, mediante verificação da regularidade da execução e atesto pelo servidor responsável pela fiscalização.

7.5 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada, nos termos da legislação vigente.

7.6 A Nota Fiscal deverá ser apresentada acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, quando exigido pela Administração.

7.7 Em caso de irregularidades na documentação fiscal ou na execução do objeto, o pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.8 Os pagamentos serão realizados por meio de ordem bancária em favor da contratada, em conta previamente indicada, observadas as normas de execução financeira da Administração Pública.

7.9 Não será efetuado pagamento por materiais não entregues ou rejeitados pela Administração em razão de desconformidade com as especificações estabelecidas.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

7.10 O pagamento observará os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e transparência, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos.

08 - RECEBIMENTO DO OBJETO:

Base legal: Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

8.1 O recebimento do objeto dar-se-á em duas etapas, compreendendo o recebimento provisório e o recebimento definitivo, nos termos da legislação vigente.

8.2 O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos materiais, mediante conferência quantitativa dos itens fornecidos, com verificação da quantidade, integridade das embalagens e conformidade com a Nota Fiscal apresentada.

8.3 O recebimento definitivo será realizado após a verificação qualitativa dos produtos, incluindo análise das especificações técnicas, prazo de validade, condições de armazenamento, identificação de lote e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

8.4 O prazo para realização do recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento provisório, podendo ser prorrogado mediante justificativa da Administração.

8.5 Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos, divergências ou desconformidade dos produtos com as especificações exigidas, a contratada será notificada para proceder à substituição dos itens no prazo a ser estabelecido pela Administração, sem qualquer ônus adicional.

8.6 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança e adequação dos produtos fornecidos, permanecendo a obrigação de reparar, substituir ou corrigir eventuais vícios identificados posteriormente.

8.7 Os materiais somente serão considerados aceitos após o recebimento definitivo, sendo vedado o pagamento por itens rejeitados ou em desacordo com as condições estabelecidas.

8.8 O recebimento será formalizado por meio de atesto do fiscal do contrato, mediante registro em documento próprio ou sistema utilizado pela Administração.

8.9 A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações, devendo a contratada arcar com os custos decorrentes da substituição.

09 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Base legal: Art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

9.1.1. 8.1.1. Com base no Decreto Municipal Nº 81, de 10 de fevereiro de 2024, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito do município de Quijingue, artigo 8º “Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação dos BENEFICIADOS nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).”

9.2. Modalidade de Licitação

9.2.1. A contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Critério de Julgamento

9.3.1. O critério de julgamento adotado será o de: MENOR PREÇO POR LOTE. A proposta deverá considerar todos os custos diretos e indiretos.

9.4 Justificativa do Critério de Julgamento

9.4.1. A adoção do critério de menor preço global justifica-se em razão de:

9.4.1.1. Necessidade de execução integrada do objeto;

9.4.1.2. Interdependência técnica entre os componentes do sistema;

9.4.1.3. Responsabilidade única da contratada;

9.4.1.4. Maior eficiência na execução;

9.4.1.5. Inviabilidade técnica do parcelamento;

9.4.1.6. Obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.5. Modo de Disputa

9.5.1. Será adotado o modo de disputa: ABERTO, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

9.6. Justificativa do Modo de Disputa

9.6.1. O modo de disputa aberto foi escolhido por:

9.6.1.1. Proporcionar maior competitividade;

9.6.1.2. Permitir transparência no processo licitatório;

9.6.1.3. Possibilitar a obtenção de melhor propostas por meio de lances sucessivos.

9.7. Participação dos Licitantes

9.7.1. Poderão participar do certame empresas que:

9.7.1.1. Atuem no ramo compatível com o objeto;

9.7.1.2. Atendam às exigências do edital;

9.7.1.3. Comproven capacidade técnica e regularidade jurídica, fiscal e econômico-financeira.

10 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Base legal: Art. 66, Art. 67, Art. 68, Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.1.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua habilitação jurídica, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

10.1.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.1.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME Nº 77, de 18 de março de 2020.

10.1.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.1.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.1.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.2. Documento de Identificação do Representante Legal

10.2.1. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar a apresentação de documento oficial de identificação com foto do titular, sócio ou representante legal da licitante, com o objetivo de verificar a legitimidade da representação.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10.2.2. A ausência do documento de identificação não implicará, por si só, a inabilitação da licitante, podendo ser suprida mediante diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3. Serão considerados documentos oficiais de identificação, dentre outros:

- ✓ Carteira de Identidade (RG);
- ✓ Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- ✓ Carteira profissional expedida por conselho de classe;
- ✓ Passaporte.

10.2.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.5. Disposições Gerais

a) Os documentos apresentados deverão estar em plena vigência e compatíveis com o objeto da licitação;

b) A comprovação da habilitação jurídica poderá ser realizada por meio de documentos eletrônicos, quando admitido pelo instrumento convocatório;

c) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido não implicará, automaticamente, a inabilitação do licitante, podendo ser sanada mediante diligência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

d) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação, nos termos do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, considerando o porte e a complexidade do objeto, plenamente executável por empresas individualmente.

e) A vedação se justifica em razão da natureza técnica e integrada do objeto, que exige responsabilidade operacional direta, coordenação executiva unificada, gestão centralizada de engenharia e execução contínua das atividades críticas, de modo que a participação consorciada poderá comprometer a padronização técnica, a segurança da execução e a responsabilidade contratual.

10.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.

10.3.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista, mediante a apresentação dos seguintes documentos, nos termos da legislação vigente:

10.3.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.3.1.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, negativa ou positiva com efeitos de negativa.

10.3.1.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10.3.1.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

10.3.1.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.3.1.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.3.1.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.

10.3.1.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou ainda Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.2. Disposições Gerais

a) As certidões deverão estar válidas na data da sessão pública do certame;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, na forma da lei;

c) A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista poderá observar o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável;

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na legislação.

10.4. Qualificação Econômico-Financeira

10.4.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua qualificação econômico-financeira, visando demonstrar capacidade para assumir as obrigações decorrentes da contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.4.1.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples

10.4.1.2. Certidões negativas de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedidas pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitas Certidões com mais de 30 (trinta) dias corridos, contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização desta



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

licitação, apenas consideradas para esse fim, aquelas que não têm prazo de validade próprio - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

10.4.1.3. Certidão Simplificada, emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação.

10.4.1.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, comprovando:

10.4.1.4.1. Índices de Liquidez Geral (LG);

10.4.1.4.2. Liquidez Corrente (LC);

10.4.1.4.3. Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.4.1.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.4.1.6. Os Microempreendedores Individuais – MEI ficam dispensados da apresentação de balanço patrimonial, nos termos da legislação vigente.

10.4.1.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.4.1.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.4.1.9. A boa situação financeira do licitante será comprovada com a apresentação de Declaração contendo as Demonstrações Contábeis transcritas do instrumento próprio, completando-se com a indicação e assinaturas do titular ou de representante legal da empresa e do profissional da contabilidade legalmente habilitado de forma digital com base no Art. 69, I e § 1º da Lei Nº 14.133/2021 e artigo 1184, inciso II do Código Civil para Demonstrações que possuam mais de 90 (noventa) dias após o registro no Órgão competente, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial.

10.4.2. Disposições Gerais

a) Os documentos deverão estar válidos e compatíveis com o objeto da contratação, na data da sessão pública;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, quando prevista em lei;

c) A exigência de qualificação econômico-financeira observará os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, não sendo admitidas exigências excessivas ou desnecessárias;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.5. Qualificação Técnica:

10.5.1 Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua qualificação técnica, demonstrando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.5.1.1 Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante executou ou esteja executando, de forma satisfatória, fornecimento de materiais reagentes, insumos laboratoriais ou produtos correlatos, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação;

10.5.1.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, a identificação do contratante, a descrição dos produtos fornecidos, o período de execução e o local da entrega, de modo a possibilitar a aferição da compatibilidade com o objeto licitado;

10.5.1.3 Será admitida a comprovação da capacidade técnica por meio da soma de atestados, desde que, em conjunto, demonstrem a aptidão do licitante para executar o objeto;

10.5.1.4 Quando aplicável, deverá ser apresentada a comprovação de regularização dos produtos junto aos órgãos competentes, especialmente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, bem como a comprovação de que a empresa está apta à comercialização de produtos para uso em serviços de saúde;

10.5.1.5 A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade e a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, nos termos da legislação vigente;

10.5.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte ao fornecimento, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Base legal: Arts. 92, 117 e 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.4 Entregar os produtos em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados, lacrados e identificados, contendo informações como lote, data de fabricação e prazo de validade, quando aplicável.

11.5 Garantir que os produtos atendam às normas sanitárias vigentes, possuindo regularização junto aos órgãos competentes,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

especialmente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando aplicável.

11.6 Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, assegurando que sejam mantidas as condições adequadas de armazenamento e conservação até a entrega à Administração.

11.7 Substituir, no prazo estabelecido pela Administração, os produtos que apresentarem defeitos, irregularidades ou desconformidade com as especificações técnicas, sem qualquer ônus adicional.

11.8 Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

11.9 Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Administração, sempre que necessário ao acompanhamento da execução contratual.

11.10 Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento dos produtos, incluindo transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas e demais despesas necessárias à execução do objeto.

11.11 Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, salvo mediante autorização expressa da Administração, nos termos da legislação vigente.

11.12 Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

11.13 Atender prontamente às notificações da Administração, adotando as medidas corretivas necessárias no prazo estabelecido.

11.14 Assegurar a rastreabilidade dos produtos fornecidos, possibilitando a identificação de lote, origem e demais informações relevantes para controle e fiscalização.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Base legal: Arts. 92, 117 e 141 da Lei nº 14.133/2021.

12.1 Além das obrigações previstas na legislação vigente, caberá à Contratante:

12.1.1 Receber provisoriamente os materiais fornecidos, para verificação quantitativa no ato da entrega.

12.1.2 Verificar, no prazo estabelecido, a conformidade dos produtos com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, para fins de recebimento definitivo.

12.1.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por meio de servidor(es) designado(s), registrando as ocorrências verificadas.

12.1.4 Notificar a Contratada, por escrito, acerca de quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto, fixando prazo para sua correção.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

12.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, após o atesto do recebimento definitivo.

12.1.6 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à execução do objeto, sempre que solicitados pela Contratada.

12.1.7 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações estabelecidas.

12.1.8 Aplicar à Contratada as penalidades previstas na legislação e no contrato, quando constatado o descumprimento de obrigações.

12.1.9 Zelar pela adequada gestão do contrato, assegurando o cumprimento das condições pactuadas e a observância dos princípios da Administração Pública.

12.1.10 Disponibilizar local adequado para recebimento dos materiais, garantindo condições apropriadas para conferência e armazenamento inicial.

12.1.11 Acompanhar a execução do contrato, sem que isso implique redução da responsabilidade da Contratada.

12.1.12 Manter os registros e documentos relacionados à execução contratual, garantindo a transparência e a rastreabilidade das informações.

13 - GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Base legal: Arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

13.1. Exigência da Garantia

13.1.1. Poderá ser exigida da contratada a prestação de garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo ser elevada até 10% (dez por cento), mediante justificativa técnica.

13.2. Modalidades de Garantia

13.2.1. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

13.2.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

13.2.1.2. Seguro-garantia;

13.2.1.3. Fiança bancária.

13.3. Escolha da Modalidade

13.3.1. A escolha da modalidade de garantia caberá à contratada.

13.4. Prazo para Apresentação

13.4.1. A garantia deverá ser apresentada:

13.4.1.1. Até a assinatura do contrato, no caso de seguro-garantia;

13.4.1.2. Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, nas demais modalidades.

13.5. Vigência da Garantia



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

13.5.1. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do contrato, sendo liberada após o cumprimento integral das obrigações assumidas.

13.6. Execução da Garantia

13.6.1. A garantia poderá ser utilizada para:

13.6.1.1. Ressarcimento de prejuízos causados à Administração;

13.6.1.2. Pagamento de multas contratuais;

13.6.1.3. Cobertura de inadimplemento das obrigações contratuais.

13.7. Disposições Complementares

13.7.1. As condições detalhadas relativas à prestação, manutenção, utilização e eventual execução da garantia serão disciplinadas no contrato administrativo.

14 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Base legal: Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Disposições Gerais

14.1.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou pelo descumprimento das obrigações assumidas, a contratada ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.2. Sanções Aplicáveis

14.2.1. Poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

14.2.1.1. Advertência;

14.2.1.2. Multa;

14.2.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a administração pública;

14.2.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3 Multas

14.3.1. A contratada estará sujeita à aplicação de multas, nos seguintes termos:

14.3.1.1. Multa de mora, em caso de atraso injustificado na execução do objeto;

14.3.1.2. Multa compensatória, em caso de inexecução total ou parcial do contrato.

14.3.2. Os percentuais e condições de aplicação serão definidos no contrato administrativo.

14.4. Impedimento de Licitar e Contratar

14.4.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nos casos previstos no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos.

14.5. Declaração de Inidoneidade

14.5.1. A declaração de inidoneidade será aplicada nos casos previstos no art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem os



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

14.6. Procedimento

14.6.1. A aplicação das sanções observará:

14.6.1.1. Instauração de processo administrativo;

14.6.1.2. Garantia do contraditório e da ampla defesa;

14.6.1.3. Motivação da decisão administrativa.

14.7 Registro das Penalidades

14.7. As sanções aplicadas poderão ser registradas nos sistemas oficiais de cadastro de fornecedores, conforme legislação vigente.

15 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

15.1 O valor estimado da contratação é de **R\$ 408.248,08 (quatrocentos e oito mil, duzentos e quarenta e oito reais e oito centavos)**, apurado com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com a legislação vigente.

15.2 A estimativa de preços foi elaborada com fundamento no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 65/2021, utilizando-se como parâmetro contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública, bem como dados constantes em sistemas oficiais de pesquisa de preços.

15.3 Para a formação do valor estimado, foram considerados preços obtidos em bancos públicos e contratações governamentais, com aplicação de metodologia baseada na média aritmética dos valores coletados, conforme demonstrado no relatório de cotação.

15.4 Conforme consta no relatório de pesquisa de preços, a metodologia adotada observou critérios técnicos e estatísticos adequados, garantindo maior confiabilidade na definição do valor estimado da contratação, incluindo análise de múltiplas propostas por item e consolidação dos valores unitários e globais.

15.5 A pesquisa de preços foi realizada no período de 20/03/2026 a 31/03/2026, considerando dados atualizados e compatíveis com o mercado, o que assegura a aderência do valor estimado às condições reais de contratação.

15.6 Ressalta-se que o valor estimado tem caráter referencial, não se confundindo com o valor máximo aceitável, podendo ser reduzido em razão da competitividade do certame.

15.7 O detalhamento dos valores unitários e quantitativos que compõem o valor global estimado encontra-se consolidado na planilha de composição de custos e no relatório de cotação que integra o processo administrativo.

15.8 Dessa forma, conclui-se que o valor estimado da contratação mostra-se compatível com os preços praticados no mercado, atendendo



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

16 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Base legal: Art. 7º da Lei nº 14.133/2021.

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade	Projeto / Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
0601 Secretaria de Saúde	2.006 Gestão das Ações Administrativas do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30.00 – Material de Consumo	15001002 Recursos não vinculados de impostos destinado a despesa com ações e serviços públicos de Saúde. 16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal – Bloco Manutenção.
	2.014 Manutenção do Funcionamento das Unidades Básicas de Saúde		
	2.017 Manutenção do Funcionamento das Unidades de Saúde da Família		
	2.018 Manutenção dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares de Média		
	2.019 Manutenção da Farmácia Básica		
	2.052 Manutenção das Ações de Saúde Mental (CAPS)		

16.2. As despesas encontram-se compatíveis com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), atendendo às exigências legais vigentes.

17 - SUSTENTABILIDADE / IMPACTO AMBIENTAL:

Base legal: art. 18, §1º, xii da lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

17.1 A execução do objeto deverá observar rigorosamente as normas ambientais e sanitárias vigentes, especialmente aquelas relacionadas ao gerenciamento de resíduos oriundos de serviços de saúde.

17.2 Os materiais reagentes e insumos laboratoriais deverão ser fornecidos em conformidade com as exigências legais quanto à fabricação, armazenamento, transporte e destinação final, de modo a minimizar impactos ao meio ambiente e à saúde pública.

17.3 A contratada deverá assegurar que os produtos sejam acondicionados de forma adequada, com embalagens seguras, resistentes e compatíveis com a natureza dos materiais, evitando vazamentos, contaminações e geração desnecessária de resíduos.

17.4 Sempre que possível, deverão ser priorizados produtos que apresentem menor impacto ambiental, incluindo aqueles com embalagens recicláveis, redução de substâncias tóxicas e maior eficiência no uso.

17.5 A Administração deverá adotar práticas adequadas de segregação, armazenamento e descarte dos resíduos laboratoriais, observando as normas técnicas e regulamentares aplicáveis, garantindo a destinação ambientalmente adequada.

17.6 A contratada deverá cumprir todas as obrigações legais relativas à responsabilidade ambiental, inclusive no que se refere ao transporte seguro dos produtos e à prevenção de riscos ambientais.

17.7 Os impactos ambientais decorrentes da contratação são considerados controláveis, desde que observadas as medidas de mitigação e as normas aplicáveis, não se configurando impedimento à execução do objeto.

18- JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO:

Base legal: Art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

18.1 Nos termos do art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deverá, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, promover o parcelamento do objeto, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.

18.2 No presente caso, o objeto foi estruturado em **lotes por segmentos técnicos**, considerando a natureza, a finalidade e a especificidade dos materiais reagentes e insumos laboratoriais, agrupando itens com características semelhantes e compatíveis entre si.

18.3 A divisão em lotes distintos possibilita maior participação de fornecedores especializados em cada segmento, tais como reagentes bioquímicos, materiais de coleta, insumos de microbiologia, equipamentos laboratoriais e consumíveis, promovendo a ampliação da competitividade do certame.

18.4 O parcelamento adotado evita a concentração indevida do objeto em um único fornecedor, reduz riscos de desabastecimento e



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

favorece a obtenção de melhores condições comerciais, em conformidade com os princípios da economicidade e eficiência.

18.5 A adoção de lotes também contribui para a adequada gestão contratual, permitindo melhor controle da execução, fiscalização por tipo de insumo e maior eficiência no acompanhamento das entregas.

18.6 Ressalta-se que não se optou pelo parcelamento por item individual, tendo em vista que tal medida poderia comprometer a viabilidade da contratação, aumentar o risco de itens desertos ou fracassados e dificultar a gestão contratual, além de elevar custos operacionais para a Administração.

18.7 O agrupamento por lotes foi realizado com base em critérios técnicos e operacionais, assegurando a coerência entre os itens agrupados e a compatibilidade com a capacidade de fornecimento do mercado.

18.8 Dessa forma, conclui-se que o modelo adotado, com parcelamento em lotes, representa a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, atendendo ao interesse público e às diretrizes da legislação vigente.

19 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

Base legal: Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

19.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

19.2. A prorrogação contratual estará condicionada à manutenção das condições de habilitação da contratada, à regular execução do objeto e à demonstração de que a continuidade da contratação atende ao interesse público.

19.3. Durante a vigência contratual, os serviços serão executados de forma parcelada, conforme demanda da Administração, não gerando obrigação de consumo mínimo.

19.4. A eventual prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente.

19.5. O prazo de vigência poderá ser ajustado em conformidade com a natureza contínua do serviço, observadas as disposições legais aplicáveis e os limites estabelecidos na legislação vigente.

19.6. O encerramento do contrato não prejudicará a conclusão dos serviços já iniciados, os quais deverão ser finalizados pela contratada, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

20 – DISPOSIÇÕES FINAIS

Base legal: Lei nº 14.133/2021.

20.1 O presente Termo de Referência integra o processo administrativo nº 037/2026, constituindo instrumento essencial para a



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

realização do procedimento licitatório e para a formalização da futura contratação.

20.2 As disposições constantes neste Termo de Referência deverão ser integralmente observadas pelos licitantes, bem como pela contratada durante toda a execução do objeto.

20.3 Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da execução contratual serão dirimidos pela Administração, à luz da legislação vigente, especialmente da Lei nº 14.133/2021, dos princípios que regem a Administração Pública e das normas aplicáveis à matéria.

20.4 A participação no certame implica plena aceitação, por parte dos licitantes, das condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos que integram o processo licitatório.

20.5 Fica assegurado à Administração o direito de revogar a licitação por razões de interesse público devidamente justificadas ou anulá-la por ilegalidade, nos termos da legislação vigente.

20.6 A execução do contrato decorrente deste Termo de Referência deverá observar, além das disposições aqui previstas, as cláusulas constantes do instrumento contratual e do edital de licitação.

20.7 O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, atendendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público.

Quijingue/BA, em 05 de maio de 2026.

Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre
Secretária Municipal de Saúde



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026
ANEXO III
CARTA DE APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ, conforme especificação constante do Termo de Referência do Edital.

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

a) Prazo de validade da proposta: (.....) dias;

b) Prazo para fornecimento: (.....) dias.

Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

Para tanto, nos propomos a fornecer os materiais licitados pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ _____ (_____).

Local e data

Assinatura e carimbo (do representante legal)

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:		CNPJ:
E-MAIL:		VALIDADE DA PROPOSTA:
REPRESENTANTE LEGAL:		
DADOS BANCÁRIOS:		

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais reagentes e insumos laboratoriais, por meio de fornecimento parcelado, destinados ao atendimento das demandas do Laboratório Municipal de Quijingue/BA, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal Nº 14.133/2021, demais legislação aplicável e às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____/_____/_____
LOCAL DATA

ASSINATURA

Observações:

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.

EDITAL



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026
ANEXO V
MODELO DE CREDENCIAL

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ

Sr. Pregoeiro,

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº,
com sede à, neste ato representado pelo (s) (diretores
ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade,
estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato,
nomeia e constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor (a)
....., (nacionalidade, estado civil, profissão),
portador do Registro de Identidade nº, expedido pela,
devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da
Fazenda, sob o nº, residente à rua, nº
como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto ao
Órgão..... praticar todos os atos necessários, relativos ao
procedimento licitatório na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº
PE017/2026PMQ, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de
recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais
condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar
quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome
do proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026
ANEXO VI
DECLARAÇÕES

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ

Sr. Pregoeiro,

A signatária _____, inscrita no CNPJ Nº _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e CPF Nº _____, DECLARA QUE:

De acordo com o disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei Nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Sim () Não ()

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

Sim () Não ()

Que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Sim () Não ()

Igualmente, declara que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Sim () Não ()

Declara também que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Sim () Não ()

Que se enquadra no Art. 34 d Lei 11.488/2007 e atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º (microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa):

Sim () Não ()



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

- Que a proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ, foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

- Que a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ, quanto a participar ou não da referida licitação;

- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, antes da abertura oficial das propostas;

- Que a empresa não possui no seu quadro societário pessoas que tenham vínculo de forma direta ou indireta com o município, a exemplo de cargo de confiança (cargo comissionado), contrato temporário de prestação de serviços ou servidor efetivo; e

- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

- Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- Que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a realização do fornecimento a que se refere o PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ.

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima está sujeita



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

às penalidades legais previstas no Artigo 299 do Código Penal, como também implicará na desclassificação do presente certame.

(Município sede da empresa), __ de _____ de ____.

Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa

(Cargo/Função)

Doc. de Identidade Nº _____

CPF Nº _____

(APRESENTAR NO CREDENCIAMENTO)

EDITAL



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026
ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO Nº XX/XXXX

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES:

CONTRATANTE: De um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, assistido juridicamente pelo Procurador Geral do Município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: Do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Estadual Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Municipal Nº **XXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo (a) Sr. (ª) **XXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o Nº _____, RG n.º _____, podendo ser encontrado(a) no endereço supracitado, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRÉVIA:

As partes firmam o presente Contrato, decorrente da homologação da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Nº 058/2026 e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do pregão supracitado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. O objeto do presente instrumento é a **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ, mediante Autorização de Fornecimento emitida pela requisitante, de forma parcelada e contínua.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta da CONTRATADA;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO:

2.1. Como condição para a manutenção deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter, durante todo o período de vigência todas as condições de habilitação exigidas na licitação. A **CONTRATADA** presta garantia para que os produtos sejam entregues conforme as normas legais,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

de acordo com os limites de tolerância estipulados pelos órgãos oficiais de fiscalização, no que couber;

2.2. A **CONTRATADA** entregará os demais produtos solicitados no prazo estabelecido e será feito de forma imediata, de acordo com a necessidade do Município, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido; A **CONTRATADA** disponibilizará os produtos aos órgãos e entidades participantes através da AFM (Autorização de Fornecimento de Mercadoria), imediatamente, de acordo com os critérios previstos no ato convocatório.

2.3. Os órgãos e entidades solicitarão à **CONTRATADA**, por escrito, através de Autorização de Fornecimento de Material – AFM, e dentro do prazo de validade deste contrato, os produtos licitados de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos no Anexo I deste termo.

2.4. Na hipótese de o fornecedor convocado não assinar este termo, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente AFM, quando do seu recebimento, a Administração poderá chamar os demais licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação, e propor a convocação do fornecimento dos produtos registrados pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e legislação cabíveis.

2.5. Este contrato estará sujeito às regras previstas na Lei Nº 14.133/2021, inclusive quanto ao prazo de vigência.

2.5.1. A alteração ou revisão de preços implica em reequilíbrio econômico dos preços das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

2.5.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do caput do art. 124 e art. 125 da Lei Federal Nº 14.133/2021, através de termo aditivo unilateral por parte da administração.

2.6. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre as partes pactuantes.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

3.1. O prazo de vigência da contratação terá o seu início quando da sua assinatura, ou seja, no dia ____/____/____ e seu fim no dia



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

____/____/____, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Mº 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4. CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO:

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO:

6.1. Dá-se a este contrato o importe de **R\$** _____ (_____), pelos serviços executados constantes nos Itens, Anexo II deste contrato, conforme Proposta de Preços apresentada pela **CONTRATADA**, constantes no certame.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO:

7.1. O prazo para pagamento à contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE:

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do IPCA Amplo, mantido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) a ser solicitados pela **CONTRATADA**, que



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

8.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

8.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1. São obrigações do **CONTRATANTE**, além das previstas no Termo de Referência:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.6. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.7. Cientificar a **Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXX** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1. A **CONTRATADA**, além das obrigações elencadas no Termo de Referência, deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);

10.1.2. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10.1.6. A **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: **1)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** Certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **3)** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e **6)** Certidão Negativa de Tributos Municipais;

10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.

10.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA:

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

Multa:

I. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

II. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 0,5% (cinco décimos por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

III. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, § 9º, da Lei Nº 14.133, de 2021)



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.9. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada.

Unidade	Projeto / Atividade	Elemento de	Fonte
---------	---------------------	-------------	-------



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

		Despesa	
0601 Secretaria de Saúde	2.006 Gestão das Ações Administrativas do Fundo Municipal de Saúde 2.014 Manutenção do Funcionamento das Unidades Básicas de Saúde 2.017 Manutenção do Funcionamento das Unidades de Saúde da Família 2.018 Manutenção dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares de Média 2.019 Manutenção da Farmácia Básica 2.052 Manutenção das Ações de Saúde Mental (CAPS)	3.3.90.30.00 – Material de Consumo	15001002 Recursos não vinculados de impostos destinado a despesa com ações e serviços públicos de Saúde. 16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal – Bloco Manutenção.

13.2. O pagamento será efetuado mediante entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, respeitando os prazos a saber:

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS:

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133, de 2021, e demais Normas Federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

15.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

16.1. No curso da execução dos serviços, caberá ao **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo o acompanhamento, a aferição qualitativa e a atestação dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATADA.

16.2. A fiscalização e acompanhamento da execução deste contrato será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, o (a) Servidor(a) Sr. (ª). **XXXXXXXXXX**, Matrícula Nº **XXXXX**, CPF Nº **XXXXXXXXXXXXXX** designado pela **Portaria Municipal Nº XXX/XXXX**, neste ato denominado **FISCAL**, devidamente credenciado pela Administração, ao qual competirá acompanhar as negociações, desde o ato da assinatura deste contrato até o prazo final, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem neste curso, inclusive acompanhar o pagamento (vide cláusula nona), e de tudo dará ciência ao credenciante, conforme Art. 117 da Lei Nº 14.133/2021 e legislação complementar.

16.3. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do contrato.

16.4. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal Nº 12.527, de 2011.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO:

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Quijingue – Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Nº 14.133/21.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1. E por estarem assim justas e acertadas, foi elaborado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas a tudo presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Quijingue (BA), ** de ***** de ****.

Prefeitura Municipal de Quijingue

CNPJ sob Nº 13.698.782/0001-26

José Romero Rocha Matos Filho

Representante legal do CONTRATANTE

Fundo Municipal de *** de Quijingue**

CNPJ Nº *****

Gestora Fundo

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026
ANEXO VIII
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX / XXXX

No dia ** de ***** de *****, no **MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, **RESOLVE** registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor:

CNPJ:

Representante:

Telefone:

Email:

Endereço:

Item	Quantidade	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total

Total: R\$ *****

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de preço e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de preço é até **/**/****, a contar do dia **/**/****.

CLÁUSULA 1ª - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO:

1.1 - Esta Ata não obriga o MUNICÍPIO DE QUIJINGUE a firmar contratações com o FORNECEDOR, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições, além de que esta ata de registro de preços



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

consiste em futura e eventual contratação, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1.2 - O preço estimado a ser pago ao Fornecedor acima, observada a seguinte forma de pagamento: Mensalmente, através de transferência eletrônica em Conta do Credor.

1.3 - Os pagamentos devidos à Fornecedorora serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo Contratado e esteja devidamente atestada a execução contratual, devendo ainda a Nota Fiscal discriminar os percentuais das despesas referentes a insumos e a mão de obra.

1.4 - A conta do Credor deverá ser preferencialmente mantida em instituição financeira idêntica ao do CONTRATANTE.

1.5 - Em caso de impossibilidade do cumprimento do item 1.4, o credor ficará responsável pelas custas das tarifas bancárias em decorrência do pagamento.

1.6 - Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos.

CLÁUSULA 2ª - DO PEDIDO DE FORNECIMENTO:

2.1 - A requisição dos bens ou serviços será formalizada pelo MUNICÍPIO DE QUIJINGUE mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, observadas as disposições contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE017/2026PMQ**.

2.2 - O Fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA 3ª - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria do MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, através do seu Setor de Compras, competindo-lhe:

3.2 - Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, informado as quantidades a serem entregues;

3.3 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

CLÁUSULA 4ª - DO CADASTRO DE RESERVA:

4.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

4.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.3 - O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

de atendimento pelo signatário da ata.

4.4 - Para fins da ordem de classificação, serão consideradas as propostas finais apresentadas pelos fornecedores, mesmo que aceitem, ao final da licitação, a redução do preço ofertado pelo vencedor.

4.5 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.5.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

4.5.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula 15ª; e

4.5.3 - Quando o licitante vencedor não puder atender à demanda apresentada pela Administração.

CLÁUSULA 5ª - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS:

5.1 - Os preços considerados para o fornecimento dos produtos será o preço estabelecido na proposta final apresentada pelo FORNECEDOR, parte integrante deste instrumento.

5.1.1. Os valores totais registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos às VENCEDORAS dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente entregues.

5.1.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao prestador de serviço registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA 6ª - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados as condições dispostas na Lei federal Nº 14.133/2021, em especial:

6.1.1 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

6.1.2 - Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

6.1.3 - A demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

6.2 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

6.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

6.6 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.7 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.8 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 7ª - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos e observadas as exigências contidas no art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021.

7.2 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará o disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021, podendo ser alterados, observados os preceitos estabelecidos no art. 124 da mesma Lei.

CLÁUSULA 8ª - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

8.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado conforme o disposto na Lei federal Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

9.1 - Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9.2 - Fornecer os bens ou produtos no local de entrega previsto no Edital, acompanhados dos correspondentes termo(s) de garantia.

9.3 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

9.4 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.

9.5 - Como condição para Assinatura de Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;

CLÁUSULA 10ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE QUIJINGUE:

10.1 - Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.2 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

CLÁUSULA 11ª - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

11.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021;

11.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

11.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.2 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices estabelecidos no Edital para cada um dos produtos.

11.3 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA 12ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

12.1 - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

CLÁUSULA 13ª - DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

13.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021.

13.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2 - Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que o inviabilize preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal Nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

13.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

13.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.3 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.4 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 14ª – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2 - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

14.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

CLÁUSULA 15ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

15.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

15.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento ou no Edital; ou

15.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.3 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.5.1 - Por razão de interesse público;

15.5.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

15.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do quanto disposto neste instrumento.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

CLÁUSULA 16ª – DO FORO

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Euclides da Cunha – Bahia, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EDITAL